



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA
CONSELHO SUPERIOR

Resolução nº 27/CONSUP/IFRO, de 30 de março de 2012.

Dispõe sobre a Prestação de Contas Ordinária Anual – Relatório de Gestão do Exercício 2011 do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia.

O PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei n.º 11.892, de 29/12/2008, publicada no D.O.U. de 30/12/2009; considerando a deliberação do Conselho Superior deste Instituto Federal, realizada na 8ª Reunião do CONSUP/IFRO, dia 29/03/2012, em Colorado do Oeste – RO; considerando ainda o Processo nº 23243.000539/2012-53,

RESOLVE:

Art. 1º: APROVAR a Prestação de Contas Ordinária Anual – Relatório de Gestão do Exercício 2011 do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia.

Art. 2º: Esta Resolução entra em vigor a partir desta data.

RAIMUNDO VICENTE JIMENEZ

Presidente do Conselho Superior
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia.

Rol de Responsáveis

De acordo com os Art. 9º, 10 e 13 da Lei 11.892/2008, o Decreto nº 7.022/2009 e ainda Art. 10 da IN/TCU 63/2010, são considerados responsáveis os arrolados abaixo:

Período de Gestão: 01/01 a 31/12/2011

Responsável	Cargo	CPF	E-mail	Endereço	Ato de Nomeação	Publicação no D.O.U.
Raimundo Vicente Jimenez	Reitor	060.158.322-15	jimenez@ifro.edu.br	Av. Governador Jorge Teixeira, nº 2551 – Apto 603 – Ed. Solar do Madeira, Bairro Embratel – Porto Velho-RO- 76.820-890	Port. nº 51, de 08/01/2009	08/01/2009
Jackson Bezerra Nunes	Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional	461.399.314-87	jackson@ifro.edu.br	Rua Alexandre Guimarães, nº 4061 – Bairro Nova Porto Velho – Porto Velho-RO – CEP 76.820-191	Port. nº 105, de 30/07/2009	04/08/2009
Arijoan Cavalcante dos Santos	Pró-Reitor de Planejamento e Administração	470.485.572-49	arijoan@ifro.edu.br	Rua Guiana, nº 2904 apto 3 Bloco L- Bairro Embratel – Porto Velho-RO -CEP 76.821-749	Port. nº 126, de 28/02/2011	01/03/2011
Silvilene Souza da Silva	Diretora de Gestão de Pessoas	508.695.152-68	silvilene@ifro.edu.br	Rua Tabajara, nº 2803, apto 04 – Bairro Liberdade – Porto Velho-RO – CEP 76.803-876	Port. nº 117, de 10/08/2009	13/08/2009
Maria Fabiola Moraes da Assumpção Santos	Diretora-Geral <i>Campus</i> Vilhena	828.063.904-78	fabiola@ifro.edu.br	Rua 9, nº 847, Jardim Eldorado, Vilhena – RO, 76.980-000	Port. nº 26, de 01/03/2010	02/03/2010
Vonivaldo Gonçalves Leão	Diretor-Geral <i>Campus</i> Jí-Paraná	493.662.119-68	voni@ifro.edu.br	Rua Seis de Maio, nº 2207, Bairro Casa Preta, Ji-Paraná – RO, 76907-611	Port. nº 103, de 01/08/2009	04/08/2009
Carlos Henrique Dos Santos	Diretor-Geral <i>Campus</i> Colorado do Oeste	094.300.673-20	carlos.henrique@ifro.edu.br	Rua Magnópolis, nº 3389, Centro, Colorado do Oeste – RO, 76993-000	Port. nº 669, de 17/12/2010	17/12/2010

Fonte: SIAFI e DGP



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011

PORTO VELHO - RO
2012



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011

Relatório de Gestão do exercício de 2011 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 108/2010, DN TCU nº 117/2011, da Portaria TCU nº 123/2011, da Portaria CGU nº 2546/2010 e das orientações do órgão de controle interno.

PORTO VELHO - RO
2012

SUMÁRIO

1. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA	10
1.1 INTRODUÇÃO	12
2. O PLANEJAMENTO E A GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA UNIDADE	13
2.1 Competência Institucional	13
2.2 Objetivos Estratégicos	14
2.3 Estratégia de Atuação Frente às Responsabilidades Institucionais	14
2.4 Análise do Andamento do Plano Estratégico	16
2.4.1 Ensino	16
2.4.2 Pesquisa e Inovação.....	18
2.4.3 Extensão	18
2.4.4 Gestão e Infraestrutura	20
3. PROGRAMAS DE GOVERNO SOB A RESPONSABILIDADE DA UNIDADE	23
3.1 Execução Física das Ações Realizadas pela UJ	26
3.2 Desempenho Orçamentário e Financeiro	29
3.2.1 Programação Orçamentária das Despesas	29
3.2.1.1 Programação de Despesas Correntes	29
3.2.1.2 Programação de Despesas de Capital.....	30
3.2.1.3 Quadro Resumo da Programação de Despesas	30
3.2.1.4 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa	31
3.3 Execução Orçamentária das Despesas	33
3.3.1 Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ.....	33
3.3.1.1 Despesas por Modalidade de Contratação.....	33
3.3.1.2 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa	34
3.3.1.3 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa.....	35
3.3.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação	37

3.2.2.1 Despesas por Modalidade de Contratação.....	37
3.2.2.2 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa	38
3.2.2. Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa.....	39
3.3 Indicadores Institucionais	41
3.4 Movimentação e Saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	45
3.4.1 Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores	45
3.5 Recursos Humanos da Unidade	46
3.5.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos	46
3.5.4 Quadro de Custos de Recursos Humanos	51
3.5.5 Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva	52
3.5.5 Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra.....	53
3.5.6 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos	53
3.6 Declaração sobre Registro de Contratos e Convênios	53
3.7 Entrega e Tratamento das Declarações de Bens e Rendas	54
3.8 Estrutura de Controles Internos da UJ	54
3.9 Adoção de Critérios de Sustentabilidade Ambiental e Separação de Resíduos Recicláveis	54
3.9.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	54
3.9 Gestão do Patrimônio Imobiliário de Responsabilidade da UJ	54
3.9.1 Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial.....	54
3.10 Gestão de Tecnologia da Informação da UJ	56
3.10.1 Gestão de Tecnologia da Informação (TI)	56
3.11 Cartões de Pagamento do Governo Federal	57
4. RESULTADOS E CONCLUSÕES.....	58
5. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO.....	59
5.1 Declaração do contador atestando a conformidade das demonstrações contábeis	59
ANEXOS	60
ANEXO I – Estrutura Organizacional do IFRO	60

ANEXO II – Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra	69
ANEXO III – Estrutura de Controles Internos da UJ	72
ANEXO IV – Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	74
ANEXO V – Gestão de TI da UJ	76
ANEXO VI – Demonstrativo da Execução do Programa de Governo 0750	78
ANEXO VII – Demonstrativo da Execução do Programa de Governo 1062	80

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ARAP - Associação de Apoio as Famílias e Recuperação do Ex-Presidiário
CEPLAC – Comissão Executiva do Plantio de Lavoura Cacaueira
CGU – Controladoria-Geral da União
CNAE – Cadastro Nacional de Atividade Econômica
CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente
CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONSUP – Conselho Superior
CRC – Conselho Regional de Contabilidade
CPA – Comissão Própria de Avaliação
DE – Dedicção Exclusiva
DGP – Diretoria de Gestão de Pessoas
DGTI – Diretoria de Gestão da Tecnologia da Informação
DINTER – Programa de Doutorado Interinstitucional
DN – Decisão Normativa
EAD – Educação à Distância
EFA – Escolas Família Agrícola
EPT – Educação Profissional e Tecnológica
EPCT – Educação Profissional Científica e Tecnológica
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias
EMDUR - Empresa Municipal de Desenvolvimento Urbano
FIC - Formação Inicial e Continuada
GRPU – Gerencia Regional do Patrimônio da União
IFAM - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas
IFAC - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre
IFAP - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá
IFB - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília
IFMS - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso do Sul
IFRO – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia
IFPR – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
IN – Instrução Normativa
LOA – Lei Orçamentária Anual

MCASP – Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público

MEC – Ministério da Educação

MINTER – Programa de Mestrado Interinstitucional

MP – Ministério Público

MPOG – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

NAPNEs – Núcleo de Atendimento as Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas

OCI – Órgão de Controle Interno

PAC – Plano Anual de Capacitação

PAE – Política de Assistência Estudantil

PAF – Programa de Assentamento Familiar

PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional

PIBIC-JR - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica Júnior

PIBID – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência

PIBIT - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Tecnológica

PLOA – Projeto de Lei Orçamentária Anual

PPA – Plano Plurianual

PROEJA – Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação Jovens e Adultos

PROEX – Pró-Reitoria de Extensão

PROPLAD – Pró-Reitoria de Planejamento e Administração

PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego

REAPAE – Regulamento dos Programas de Assistência Estudantil

RFP – Renda Familiar Per Capta

RIP – Registro Imobiliário Patrimonial

RG – Relatório de Gestão

RP – Restos a Pagar

SCDP – Sistema de Concessão de Diárias e Passagens

SEAGRE – Secretaria de Estado da Agricultura

SEDUC – Secretaria Estadual de Educação

SETEC – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira

SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Pessoal

SIGA-EPT – Sistemas Integrado de Gestão Acadêmica

SIMEC – Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle

SINASEFE – Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica

SIORG - Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal

SISTEC - Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica

STN – Secretaria do Tesouro Nacional

TECNEP - Tecnologia e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Educacionais

TCU – Tribunal de Contas da União

TI - Tecnologia da Informação

UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

UG – Unidade Gestora

UGE – Unidade Gestora Executora

UGO – Unidade Gestora Orçamentária

UGR – Unidade Gestora Responsável

UJ – Unidade Jurisdicionada

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a educação, à ciência e a cultura.

UO – Unidade Orçamentária

LISTA DE TABELAS

Tabela I	Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual	10
Tabela II	Demonstrativo da Execução do Programa de Governo 0089	23
Tabela III	Demonstrativo da Execução do Programa de Governo 1067	24
Tabela IV	Execução Física das ações realizadas pela UJ	26
Tabela V	Identificação da Unidade Orçamentária	29
Tabela VI	Programação de Despesas Correntes	29
Tabela VII	Programação de Despesas de Capital	30
Tabela VIII	Quadro Resumo da Programação de Despesas	30
Tabela IX	Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa	31
Tabela X	Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos originários da UJ	33
Tabela XI	Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ	34
Tabela XII	Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ	35
Tabela XIII	Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação	37
Tabela XIV	Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação	38
Tabela XV	Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação	39
Tabela XVI	Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores	45
Tabela XVII	Força de Trabalho da UJ - Situação apurada em 31/12	46
Tabela XVIII	Situações que reduzem a força de trabalho da UJ	46
Tabela XIX	Detalhamento estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (situação em 31/12)	47
Tabela XX	Quantidade de servidores da UJ por faixa etária – situação apurada em 31/12	48
Tabela XXI	Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12	48
Tabela XXII	Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro	49
Tabela XXIII	Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12	49

Tabela XXIV	Composição do Quadro de Estagiários	50
Tabela XXV	Quadro de custos de recursos humanos nos exercícios de 2011, 2010 e 2009	51
Tabela XXVI	Serviços de Limpeza e vigilância	52
Tabela XXVII	Declaração da área de Contratos e Convênios	53
Tabela XXVIII	Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União	54
Tabela XXIX	Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros	54
Tabela XXX	Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ	55
Tabela XXXI	Demonstrativo de despesa com cartão de crédito corporativo por UG e portador	57
Tabela XXXII	Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício não refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Jurisdicionada	57

1. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

Tabela I - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de vinculação: Ministério da Educação			Código SIORG: 244
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia			
Denominação abreviada: IFRO			
Código SIORG: 100907		Código LOA: 26421	Código SIAFI: 26421
Situação Operacional: Ativa			
Natureza Jurídica: Autarquia Federal			
Principal Atividade: Educação Profissional de Nível Técnico			Código CNAE: 8541-4/00
Telefones/Fax de contato	(069) 2182-9600		
E-mail: reitoria@ifro.edu.br			
Página da Internet: www.ifro.edu.br			
Endereço Postal: Av. Gov. Jorge Teixeira, nº 3500 – Bairro Setor Industrial / 76.821-064 / Porto Velho - RO.			
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Lei nº 11.892/2008			
Outras normas infra-legais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Resolução/CONSUP/IFRO nº 03/2009 - Estatuto do IFRO Resolução/CONSUP/IFRO nº 09/2011 – Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna Resolução/CONSUP/IFRO nº 19/2011 - Dispõe sobre a Política de Assistência Estudantil (PAE) Resolução/CONSUP/IFRO nº 21/2011 - Regimento Geral Resolução/CONSUP/IFRO nº 26/2011 - Regimento Interno do Núcleo de Inovação Tecnológica Resolução/CONSUP/IFRO nº 27/2011 - Regimento Interno do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação Resolução/CONSUP/IFRO nº 28/2011 – Plano Diretor de Tecnologia da Informação			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Plano de Desenvolvimento Institucional 2009/2013 Resolução/CONSUP/IFRO nº 13/2010 – Emissão de Diploma Resolução/CONSUP/IFRO nº 46/2010 – Regulamento da Organização Acadêmica dos Cursos Técnicos de Nível Médio do IFRO Resolução/CONSUP/IFRO nº 47/2010 – Regulamento da Organização Acadêmica dos Cursos de Graduação do IFRO Resolução/CONSUP/IFRO nº 04/2011 – Regulamento do Estágio da Educação Profissional Técnica de Nível Médio Resolução/CONSUP/IFRO nº 05/2011 – Regulamento de Estágio dos Cursos de Graduação Resolução/CONSUP/IFRO nº 07/2011 – Política de Capacitação dos Servidores Resolução/CONSUP/IFRO nº 08/2011 – Regulamento da Comissão Própria de Avaliação - CPA Resolução/CONSUP/IFRO nº 10/2011 - Estrutura Organizacional do IFRO Reitoria e Campi Resolução/CONSUP/IFRO nº 11/2011 – Regulamento dos Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu. Resolução/CONSUP/IFRO nº 18/2011 – Regulamento do Comitê de Ética em Pesquisa e Inovação. Resolução/CONSUP/IFRO nº 20/2011 – Regulamento dos Programas de Assistência Estudantil (REPAE) Resolução/CONSUP/IFRO nº 29/2011 – Regulamento dos Cursos de Formação Inicial e Continuada Resolução/CONSUP/IFRO nº 30/2011 – Regulamento dos NAPNEs			

Resolução/CONSUP/IFRO nº 31/2011 - Estrutura Organizacional Campus Cacoal	
Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
158148	Reitoria
158341	<i>Campus</i> Colorado do Oeste
158342	<i>Campus</i> Vilhena
158376	<i>Campus</i> Ji-Paraná
Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
26421	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
158148; 158341; 158342; 158343, 158345; 158376; 158532; 158533	26421

1.1 INTRODUÇÃO

Em cumprimento aos princípios que regem a Administração Pública Federal e em atendimento às regulações e normas, em especial, à IN TCU nº 63/2010, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO apresenta seu Relatório de Gestão do exercício de 2011 aos órgãos de controle e à comunidade em geral, de forma a relatar suas práticas de gestão.

Este Relatório estrutura-se em 05 (cinco) capítulos. No Capítulo 1, faz-se a identificação da Instituição e de seus responsáveis; no Capítulo 2, faz-se uma abordagem sobre as competências, estratégias e seus objetivos; no Capítulo 3, são descritos os programas sob a responsabilidade da Unidade, pontuando a execução física e orçamentária das ações e indicadores; no Capítulo 4, os resultados e conclusões resultantes do relato e, no Capítulo 5, são apresentadas as informações contábeis da gestão.

Levando-se em consideração o roteiro disposto no Anexo II da DN TCU nº 108/2010, o IFRO esclarece que, embora se apliquem à realidade da unidade, os itens da parte A: Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos (03), Informações sobre Transferências (06), Renúncias tributárias sob gestão da UJ (14), Determinações e Recomendações do TCU e do Órgão de Controle Interno (15), não apresentaram conteúdo a ser declarado no exercício de 2011. Quanto aos itens da parte B, sobre demonstrações contábeis previstas na Lei nº 4.320/64 (2), não se aplica, visto que a execução do IFRO dá-se por meio do SIAFI; demonstrações contábeis previstas na Lei nº 6.404/76 (03) e informações sobre a composição acionária do capital social (04) não se aplicam em face da contabilidade do IFRO estar sob o regime da Lei nº 4.320/64 e MCASP.

Os Indicadores Institucionais elencados no item 3.3 são os mesmos solicitados pela Parte C – Conteúdo Específico por Unidade Jurisdicionada ou Grupo de Unidades Afins, da DN/TCU nº 108/2010.

No desenvolvimento de suas ações no exercício de 2011, dentre suas realizações, apontam-se como principais: a) a ampliação do número de unidades, hoje contamos com 08 *campi*, dos quais 07 encontram-se em funcionamento, mesmo sem a conclusão de todas as obras; b); ampliação do número de matrículas e da oferta de cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), técnicos, licenciaturas, engenharia e pós graduação nas áreas científicas; c) consolidação dos Programas de Iniciação Científica, PIBIC Júnior, PIBITI e PIBID, quase todas financiadas pelo CNPq, fato este que coloca a nossa instituição como a primeira no ranking do Estado de Rondônia; d) implantação da EAD em parceria com o IFPR; e) reorganização da Estrutura Organizacional do IFRO; f) aquisição de equipamentos, mobiliário e veículos para as nossas unidades; g) aumento do quadro de pessoal através de realização de concurso público; h) implantação do PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego; i) implantação do sistema de informação SIGA-EPT; j) instalação da modalidade EAD (E-TEC), com 05 cursos técnicos, 2.060 alunos e 07 polos; k) implantação da Política de Capacitação – Plano Anual de Capacitação dos Servidores.

2. O PLANEJAMENTO E A GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA UNIDADE

2.1 Competência Institucional

O IFRO foi criado por meio da Lei nº 11.892, de 29/12/2008, dotado de natureza jurídica de autarquia, sendo detentor de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. Trata-se de uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada em oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos em sua prática pedagógica.

Em conformidade com a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, o Instituto Federal de Rondônia tem por finalidade formar e qualificar profissionais no âmbito da educação tecnológica, nos diferentes níveis e modalidades de ensino, para os diversos setores da economia, bem como realizar pesquisa aplicada e promover o desenvolvimento tecnológico de novos processos e serviços, em estreita articulação com os setores produtivos e a sociedade, especialmente de abrangência local e regional, oferecendo mecanismos para a educação continuada.

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), 2009/2013, descreve a filosofia de trabalho, a missão a que se propõe, as diretrizes pedagógicas que orientam suas ações, a sua estrutura organizacional e as atividades acadêmicas que pretende desenvolver até o ano de 2013, sem perder de vista as diretrizes emanadas pelo Ministério da Educação – MEC através da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC.

A missão do IFRO é promover educação científica e tecnológica de excelência, por meio de atividades de ensino, pesquisa e extensão, para a formação de cidadãos comprometidos com a sustentabilidade da sociedade.

A organização e funcionamento do IFRO encontram-se disciplinados no seu Estatuto, aprovado por meio da Resolução nº 03, de 31/08/2009 do CONSUP, publicado no Diário Oficial da União de 1º/09/2009.

Atualmente a composição do IFRO contempla oito unidades, distribuídas em diversos municípios do Estado de Rondônia. Integram a instituição o *Campus* Porto Velho, o *Campus* Avançado Porto Velho, o *Campus* Ariquemes, o *Campus* Ji-Paraná, o *Campus* Avançado Cacoal, o *Campus* Vilhena, o *Campus* Colorado do Oeste, o *Campus* Guajará-Mirim (fase inicial de implantação) e a Reitoria, órgão executivo ao qual compete a administração, a coordenação e a supervisão de todas as atividades da Autarquia, localizada em Porto Velho.

A execução orçamentária e financeira do IFRO no exercício de 2011 foi realizada através da Reitoria e *campi* Colorado do Oeste, Ji-Paraná e Vilhena, mediante delegação de competência aos Diretores-Gerais dessas unidades, o que deve estender-se às demais, como forma de desburocratização e descentralização dos procedimentos e compartilhamento de decisões, visando a uma melhor efetividade no fluxo de seus processos.

2.2 Objetivos Estratégicos

As características, finalidades e papel institucional estão consignados na Lei de criação e no Estatuto do IFRO, bem como as metas e ações constantes do Plano de Desenvolvimento Institucional que possui os seguintes objetivos:

- ✓ Ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;

- ✓ Ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;

- ✓ Realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;

- ✓ Desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;

- ✓ Estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e a emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional; e

- ✓ Ministrar em nível de educação superior:

- a) cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;

- b) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;

- c) cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;

- d) cursos de pós-graduação *lato sensu* de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento; e

- e) cursos de pós-graduação *stricto sensu* de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica.

2.3 Estratégia de Atuação Frente às Responsabilidades Institucionais

O IFRO, juntamente com o IFMS, IFAP, IFAC e IFB, é considerado pelo MEC-SETEC como instituto em implantação, cujo prazo se encerra somente em 2014. Portanto, os desafios para o cumprimento de suas responsabilidades institucionais são diversos e inúmeros, como só acontece em projeto de tamanha envergadura. Não obstante essa singularidade de nossa instituição, envidamos todos os nossos esforços no cumprimento de seus objetivos estratégicos que se encontram consignadas nas diretrizes da SETEC, na Lei nº 11.892/2008, no Estatuto, no PDI e no Plano de Implantação.

No atendimento as políticas em curso para a educação profissional e tecnológica, que tem como ação mais relevante a reestruturação e expansão da rede federal, o IFRO vem cumprindo o seu papel de atuar em favor do desenvolvimento local e regional na perspectiva da construção da

cidadania, de uma educação pública de qualidade sintonizada com os arranjos produtivos locais com os quais as atividades de ensino, pesquisa e extensão guardam total sintonia.

Das 06 obras civis em andamento sob a responsabilidade do IFAM, registre-se a entrega definitiva do Campus Ji-Paraná. As demais têm sua previsão de conclusão para o ano de 2012. O atraso na execução das obras dos *campi* tem representado um entrave muito grande na implantação dos mesmos, principalmente em relação as instalações provisórias que exigem muito esforço e habilidade da gestão para prover os ambientes e insumos essenciais requeridos no dia a dia de uma Instituição de EPT.

Os avanços e realizações nesse desafiante e trabalhoso processo de implantação do Instituto, notadamente os inerentes à gestão, infraestrutura, gestão de pessoas e gestão de tecnologia da informação estão direcionados para as áreas finalísticas da instituição: ensino, pesquisa e extensão.

Assim sendo, foram investidos recursos do Programa de Expansão da Educação Profissional para as edificações de sede dos *campi*, ampliação e reforma das unidades doadas por outras instituições, aquisição de equipamentos e mobiliário para os *campi* e Reitoria. Destacam-se ainda como ações relevantes: a continuidade da implantação do SIGA-EPT – sistemas gerenciais administrativos e acadêmicos, aprovação pelo CONSUP de vários instrumentos normatizadores da gestão, capacitação dos novos servidores, implantação e organização das unidades gestoras, criação e aprovação dos projetos pedagógicos dos cursos, ampliação da oferta de cursos de pós-graduação para os servidores através de MINTER e DINTER, implantação de 167 bolsas de Iniciação Científica para os nossos alunos, financiadas em sua maioria pelo CNPq, ampliação da oferta de cursos de Formação Inicial e Continuada para a comunidade.

O Ensino tem a missão de consolidar a educação profissional como bem público fundamentando-se nas necessidades sociais, econômicas e culturais das comunidades envolvidas. A presença do IFRO nos municípios de Porto Velho, Ariquemes, Ji-Paraná, Cacoal, Colorado do Oeste, Vilhena e Guajará Mirim (Polo de EAD), com oferta de cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio e Subsequente, Licenciaturas, Engenharia, Cursos Tecnológicos e até mesmo de Pós-Graduação *lato sensu*, de caráter público e de qualidade, atendendo satisfatoriamente a comunidade interna e a população local, vem corroborar seu papel estratégico como agente social comprometido com o desenvolvimento local e regional.

As atividades de Pesquisa e Inovação têm sido desenvolvidas em sintonia com os arranjos produtivos locais, buscando a construção do saber e sua aplicabilidade, a partir do questionamento da realidade. Nesse sentido, algumas ações foram materializadas, tais como: ampliação das bolsas de iniciação científica, realização de eventos de iniciação científica, participação de pesquisadores em congressos e seminários, investimento na qualificação dos servidores docentes e técnico-administrativos em cursos de pós-graduação.

Quanto às atividades de Extensão, integradas ao ensino e à pesquisa, visam promover a integração da comunidade com o IFRO através do acesso ao conhecimento gerado na Instituição, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, estimulando os processos educativos que gerem renda e promovam a cidadania. Nessa perspectiva, foram ampliados os cursos de Formação Inicial e Continuada através do PRONATEC, Projetos de Inclusão Social principalmente para as Pessoas com Necessidades Especiais, eventos culturais, artísticos e desportivos para a comunidade.

2.4 Análise do Andamento do Plano Estratégico

O Plano Estratégico da Instituição encontra-se inserido no PDI. Este imprescindível instrumento de gestão contempla as políticas, objetivos, metas e ações estratégicas para o período de 2009 a 2013.

Há de se registrar ainda que, em face das alterações propostas pelo MEC para o Acordo de Metas, bem como a criação de mais uma unidades em 2011 e a implantação dos polos de EAD, constata-se a necessidade de se reformular o PDI, o que ocorrerá em 2012.

A seguir, serão elencadas as principais metas e ações desenvolvidas em 2011 pelas áreas estratégicas do Instituto: ensino, pesquisa e inovação, gestão e infraestrutura, todas sintonizadas com o Plano Estratégico.

2.4.1 Ensino

O Instituto Federal de Rondônia está desenvolvendo suas políticas de formação profissional por meio de programas e projetos focados na educação de excelência, na consolidação de sua identidade enquanto unidade de uma rede que prevê o desenvolvimento regional (coerente com os arranjos produtivos locais) e na expansão da educação profissional, científica e tecnológica, conforme as diretrizes do Ministério da Educação e órgãos correlatos.

O IFRO foi estruturado de modo que as ações se realizem de forma específica e, sempre que necessário, sistêmica. Assim, o leque de serviços oferecidos pela Instituição deve ser cumprido com atendimento aos interesses de todas as comunidades envolvidas e necessidades dos setores internos. Em seu plano de expansão, tem investido em estruturação predial e tecnológica e na formação de pessoal.

No ano de 2011, o IFRO deu continuidade na construção de normativas, criação de novos cursos, consolidação dos cursos existentes, ampliação de oferta de vagas para estudantes e provimento de recursos para todos os seus *campi*, de uma forma a otimizar a aplicação dos recursos financeiros e melhor aproveitar os recursos materiais disponíveis.

O Plano de Desenvolvimento Institucional do IFRO destaca, como Missão, promover uma educação de excelência, em que se integrem ensino, pesquisa e extensão em favor da sustentabilidade da sociedade. O ensino está se desenvolvendo com base nos princípios de uma educação contextualizada e problematizadora. Para tanto, são adotados procedimentos democráticos e investimentos em projetos de intervenção. Na prática específica de ensino e aprendizagem, as ações são desenvolvidas para garantir uma educação que atenda às diretrizes de inclusão, profissionalização e de formação para a cidadania.

Em 2011, a Pró-Reitoria de Ensino focou sua atuação na normatização dos procedimentos acadêmicos, na instrução de projetos pedagógicos de curso e num atendimento pedagógico que levasse à excelência do ensino e à permanência do aluno nos *campi*, com ênfase na política de Assistência Estudantil a qual contempla Programas que têm por objetivo atender as maiores necessidades dos estudantes e conseqüentemente viabilizar a permanência e êxito no processo educativo.

Dentre as normativas de maior relevância podemos destacar: Resolução/CONSUP/IFRO nº 14/2011 – Projeto Pedagógico do Curso de Especialização em Metodologia do Ensino na Educação Profissional, Científica e Tecnológica; Resolução/CONSUP/IFRO nº 15/2011 – Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Alimentos Integrado ao Ensino Médio; Resolução/CONSUP/IFRO nº 16/2011 – Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Aquicultura Subsequente ao Ensino Médio; Resolução/CONSUP/IFRO nº 17/2011 – Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Biologia; Resolução/CONSUP/IFRO nº 19/2011 - Dispõe sobre a Política de Assistência Estudantil (PAE); Resolução/CONSUP/IFRO nº 20/2011 - Regulamento dos Programas de Assistência Estudantil (REPAE); Resolução/CONSUP/IFRO nº 23/2011 – Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Química – Modalidade EAD; Resolução/CONSUP/IFRO nº 32/2011 – Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Física; Resolução/CONSUP/IFRO nº 33/2011 – Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Matemática; Resolução/CONSUP/IFRO nº 34/2011 – Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas (Ariquemes); Resolução/CONSUP/IFRO nº 35/2011 – Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas (Colorado do Oeste); Resolução/CONSUP/IFRO nº 36/2011 – Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio (Ariquemes); Resolução/CONSUP/IFRO nº 37/2011 – Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio (Colorado do Oeste); Resolução/CONSUP/IFRO nº 38/2011 – Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Agropecuária Subsequente ao Ensino Médio (Cacoal); Resolução/CONSUP/IFRO nº 39/2011 – Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Edificações Integrado ao Ensino Médio (Porto Velho); Resolução/CONSUP/IFRO nº 40/2011 – Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Edificações Subsequente ao Ensino Médio (Porto Velho); Resolução/CONSUP/IFRO nº 41/2011 – Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Edificações Integrado ao Ensino Médio (Vilhena); Resolução/CONSUP/IFRO nº 42/2011 – Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Edificações Subsequente ao Ensino Médio (Vilhena); Resolução/CONSUP/IFRO nº 43/2011 – Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Química Integrado ao Ensino Médio (Porto Velho); Resolução/CONSUP/IFRO nº 44/2011 – Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Manutenção e Suporte em Informática Subsequente ao Ensino Médio (Vilhena).

Os processos de desenvolvimento do ensino foram conduzidos pelos *Campi* e instruídos pela Pró-Reitoria de Ensino com dois enfoques inter-relacionados: a formação para a cidadania e a preparação para o mundo do trabalho, promovendo atividades de sustentação e aperfeiçoamento dos processos de ensino e aprendizagem.

As atividades de ensino pontuam, portanto, os processos de elaboração e consolidação de normativas, a implantação e aprimoramento dos projetos pedagógicos de curso, a realização de processos seletivos, a estruturação dos setores de desenvolvimento do ensino para todas as demandas de educação presencial e a distância, a formação de servidores (especialmente os docentes, pessoal de apoio pedagógico e membros dos serviços de registros), assim como, dentre outros, o acompanhamento pedagógico dos processos de ensino e aprendizagem.

2.4.2 Pesquisa e Inovação

No âmbito de atuação da Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação, compete a mesma estimular e gerenciar o desenvolvimento da pesquisa científica, a inovação tecnológica, a oferta de cursos de pós-graduação e a implantação dos Núcleos de Inovação Tecnológica nos *campi*. Objetiva-se com essas atividades o desenvolvimento institucional por meio do fortalecimento dos vínculos entre o IFRO e a sociedade, de modo a colaborarmos para o desenvolvimento sustentável do Estado de Rondônia e da região Amazônica.

No ano de 2011, vale destacar as seguintes ações:

- Elaboração e aprovação do Projeto para Mestrado Profissional em Educação Agrícola com a Universidade Federal do Rio de Janeiro UFRRJ, parceria IFRO/IFAC/SETEC-MEC;
- Realização do I Circuito Científico envolvendo apresentação de Dissertações de Mestrado, apresentações dos resultados dos projetos de pesquisa desenvolvidos pelos alunos PIBIC-Júnior, encontro dos Grupos de Pesquisa do IFRO para uma comunidade de aproximadamente 1.000 pessoas;
- Participação de servidores e alunos em Congressos científicos e mostras tecnológicas;
- Implantação de 167 bolsas de iniciação científica para nossos alunos, nas modalidades PIBID, PIBIT e PIBIC-JR, que culminaram na construção e desenvolvimento de projetos de pesquisa científica;
- Elaboração e aprovação de projetos de cursos de pós-graduação e de marcos legais relevantes para a estruturação e consolidação da pós-graduação, pesquisa e inovação em nossa Instituição, a saber: Resolução/CONSUP/IFRO nº11/2011 – Regulamento dos Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu*; Resolução/CONSUP/IFRO nº 18/2011 - Regulamento do Comitê de Ética em Pesquisa e Inovação; Resolução/CONSUP/IFRO nº24/2011 – Projeto Pedagógico do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Ensino de Ciências e Matemática; Resolução/CONSUP/IFRO nº25/2011 – Projeto Pedagógico do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Gestão Ambiental; Resolução/CONSUP/IFRO nº26/2011 - Regimento Interno do Núcleo de Inovação Tecnológica; Resolução/CONSUP/IFRO nº45/2011 – Projeto Pedagógico do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Geoprocessamento Ambiental; Resolução/CONSUP/IFRO nº46/2011 – Projeto Pedagógico do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Informática na Educação.

Levando-se em consideração as ações desenvolvidas pela Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação, avalia-se o fortalecimento da identidade institucional e que tem reflexo sobre a política de Inovação e Proteção da Propriedade Intelectual, bem como sobre a necessidade de formação de recursos humanos para a pesquisa e inovação.

2.4.3 Extensão

Os Institutos em seu papel central devem colher da cidadania e da ética os seus princípios e valores, constituindo um marco nas políticas de educação, revelando uma dimensão de educação profissional alinhada com as políticas de inclusão e com um projeto de nação.

Por seu caráter dialógico, construtor de ligações entre a sociedade e a escola, a Extensão ocupa papel estratégico na implantação e implementação do Instituto Federal em Rondônia.

No âmbito da EPCT, com a criação dos Institutos Federais através da Lei N.º 11.892/2008, o ensino agrícola ocupa importante instrumento de inclusão, propiciando a implementação de políticas públicas, promovendo a inovação e a atuação no território de modo inclusivo, principalmente promovendo o acesso da população rural e de assentamentos, as chamadas *populações tradicionalmente afastadas desta possibilidade* até então, ao conhecimento gerado no Instituto Federal de Rondônia.

Neste contexto a **resignificação do ensino agrícola** tem papel importante, e é um processo que demanda ações integradoras entre o conhecimento gerado no Instituto e a demanda da comunidade rural, especialmente no que se refere à Agricultura Familiar.

Em 2011, com o **Projeto Jequitibá**, essa ação alcançou com êxito o objetivo de promover acesso ao conhecimento sobre o beneficiamento e a produção do leite, bem como sobre os conceitos e práticas de agroecologia, economia solidária e fomento à agricultura familiar. Foi realizado no primeiro semestre de 2011 um FIC *intercampi* (3 Campus) que atendeu 45 famílias diretamente, população do I Assentamento Florestal do Brasil, o PAF Jequitibá, em Candeias do Jamari.

Outra ação marcante é o atendimento às populações privadas de liberdade com a elaboração e implantação do Plano Pedagógico do PROEJAFIC Educação em Prisões.

O Instituto Federal de RO tem um trabalho iniciado – acesso (Diagnóstico Avaliativo da Situação Educacional dos Adolescentes das Unidades Socio Educativas de PVH) junto ao Ministério Público de RO, as ações são no sentido de atender aos jovens em situação de risco, adolescentes internos de Medidas Sócio Educativas, através de cursos profissionalizantes para eles e suas famílias.

Programa Mulheres Mil - Em 2011, o IFRO ofertou 300 vagas para mulheres em situação de vulnerabilidade. Três campi oferecem o Programa: Campus Ji-Paraná, Campus Colorado do Oeste e Campus Porto Velho.

A implantação de políticas inclusivas e afirmativas é realidade no Instituto Federal de Rondônia, através de parcerias firmadas com órgãos do Governo de RO, Emater, SEAGRI, MP-RO, CEPLAC, EMBRAPA, SETEC-MEC, MINISTÉRIO DA JUSTIÇA.

Ações desenvolvidas de maior relevância e populações beneficiadas:

- ✓ Integração do IFRO ao Programa Nacional Mulheres Mil: transferência de tecnologia social – Acesso e Permanência com Êxito – ARAP:
- ✓ PARTICIPAÇÃO EM CONGRESSOS – 2 *papers* apresentados. Congresso Educação, Cidadania e Voluntariado, CEFET – RJ, Rio de Janeiro, setembro de 2011.
- ✓ TEC NEP- INCLUSÃO: evento estadual I SEMINÁRIO DE INCLUSÃO, realizado nos dias 07 e 08 de novembro de 2011.
- ✓ Participação na feira regional com público de 10.000 pessoas - FEIRON 2011. Curso FIC: Moda. Parceria internacional CEGEP Marie Victorin.
- ✓ Parceria com a Associação dos Surdos de Porto Velho, cooperação técnica para eventos e cursos em Braille.
- ✓ Visita prospectiva ao Assentamento Flor do Amazonas – acesso a 35 famílias. Elaboração de FIC – Campus Ariquemes, inclusive com demanda na área de Ensino a Distância.

- ✓ PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO BAIXO – MÉDIO MADEIRA - Visita a populações ribeirinhas do Baixo e Médio Madeira: 17 comunidades acessadas. Aproximadamente 2.500 pessoas. Resultado: o Instituto faz parte da Comissão de Desenvolvimento Participativo do Médio e Baixo Madeira – Educação Profissional. Parceria com as EFAS – RO para Transferência de Tecnologia.
- ✓ RELAÇÕES INTERNACIONAIS - Cooperação técnica – 4 acordos assinados. Pesquisa Aplicada conjunta, em rede. New Brunswick, CEGEP Marie Victorin, Canadá, Consórcio de Institutos firmado e em desenvolvimento, com Plano aprovado pelo Consórcio, primeira parte executada – FEIRON 2011, setor do vestuário. Com a França, firmada cooperação na área de agricultura familiar no início de 2011, primeiro semestre. Em 2012/2 Rondônia já recebe alunos franceses estagiários.

No âmbito internacional, há acordos firmados com o Canadá e com a França. Transferência de tecnologias, pesquisa aplicada e em rede, são ações já em andamento – Educação em Meios de Privação de Liberdade – Escritório da UNESCO para fins de pesquisa aplicada, CEGEP Marie Victorin, Montreal, Canadá.

Com a França, há acordo de cooperação na área agrícola, em articulação com o Ministério da Agricultura, Pesca e Planejamento Agrícola. Houve uma visita a Rondônia e, como resultado, alunos franceses farão estágio no segundo semestre de 2012 no PAF Jequitibá.

- ✓ Escolas Binacionais - Implantação de uma Escolas de Fronteira (Escolas Binacionais) em Guajará-Mirim. Estudo geopolítico realizado, apresentado em Fórum, em Porto Alegre. Acesso previsto para uma população de mais de 2500 pessoas a curto prazo. Campus em implantação, já oferta vagas em EAD.

Dentre as ações de maior relevância executadas pela PROEX podemos destacar: Resolução/CONSUP/IFRO nº 04/2011 – Regulamento do Estágio da Educação Profissional Técnica de Nível Médio; Resolução/CONSUP/IFRO nº 05/2011 – Regulamento de Estágio dos Cursos de Graduação; Resolução/CONSUP/IFRO nº 29/2011 - Regulamento dos Cursos de Formação Inicial e Continuada; Resolução/CONSUP/IFRO nº 30/2011 - Regulamento dos NAPNEs.

Como resultado dessas ações, a consolidação do papel inclusivo e promotor de um desenvolvimento sustentável do Instituto, o aperfeiçoamento dos diálogos com a comunidade, levantamento de demandas com eficiência, melhoria na oferta, e finalmente, a promoção do acesso ao Instituto a populações não tradicionais.

2.4.4 Gestão e Infraestrutura

Como autarquia da administração indireta, o IFRO possui autonomia administrativa e didático-pedagógica, com orçamentos individualizados para cada *campus* e Reitoria, ancorados em diretrizes institucionais sistêmicas. A estrutura multicampi possibilita a descentralização e a autonomia para os *campi* na operacionalização de suas ações. Por conseguinte, adotamos um modelo de gestão democrática, participativa, colegiada e voltada para a cultura de excelência de

resultados. Todas as nossas ações administrativas possuem caráter sistêmico, a fim de se garantir a unidade e integração entre a Reitoria e os *campi*.

A seguir, elencamos as principais ações realizadas na área de gestão e infraestrutura:

- reorganização da estrutura organizacional dos *campi*;
- deu-se início à implantação da sistematização advinda dos encontros com os dirigentes de planejamento e administração dos *campi* e Reitoria para sistematizar e integrar os processos de aquisições e compras, bem como implementar medidas administrativas que privilegiem os princípios da transparência, economicidade e eficácia;
- aquisição de equipamentos, mobiliário, softwares, acervo bibliográfico e de multimídia para equipar os laboratórios, salas ambiente e bibliotecas de todas unidades do IFRO;
- aquisição de veículos para dar suporte à administração dos *Campi* Ji-Paraná e Vilhena;
- apoio técnico e operacional ao Instituto Federal do Amazonas-IFAM na execução das seguintes obras do IFRO, que estão sob a responsabilidade daquele instituto: edificação da sede do *Campus* Porto Velho (a ser entregue em 2012), construção da sede do *Campus* Vilhena (já inaugurada, aguardando Termo de Recebimento Definitivo), edificação da quadra e piscina do *Campus* Vilhena (a ser entregue em 2012), reforma e ampliação do *Campus* Ji-Paraná (entregue em novembro de 2011), edificação do prédio da Agroindústria do *Campus* Ariquemes (obra em andamento) e construção do prédio da Agroindústria do *Campus* Cacoal (concluída aguardando termo de recebimento definitivo). A obra de reforma e ampliação do *Campus* Ariquemes, com conclusão prevista para o ano de 2012, foi licitada pelo IFAM, mas o contrato foi sub-rogado para o IFRO;
- fiscalização da execução de obras nas unidades do IFRO;
- continuidade da implantação dos sistemas SIGA-ADM E SIGA-EDU, desenvolvidos por pesquisadores da própria rede federal sob a coordenação da SETEC, facilitando assim o acesso, transmissão e armazenamento das informações administrativas e acadêmicas;
- contratação de pessoal por meio de aproveitamento de concurso vigentes do Instituto (docentes e técnicos);
- elaboração, aprovação e implantação de valiosos marcos legais e instrumentos de gestão, a saber: Resolução/CONSUP/IFRO nº 07/2011 – Política de Capacitação dos Servidores; Resolução/CONSUP/IFRO nº 08/2011 – Regulamento da Comissão Própria de Avaliação – CPA; Resolução/CONSUP/IFRO nº 09/2011 – Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna; Resolução/CONSUP/IFRO nº 10/2011 - Estrutura Organizacional do IFRO Reitoria e Campi; Resolução/CONSUP/IFRO nº 21/2011 - Regimento Geral; Resolução/CONSUP/IFRO nº 27/2011 - Regimento Interno do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação; Resolução/CONSUP/IFRO nº 28/2011 – Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Resolução/CONSUP/IFRO nº 31/2011 - Estrutura Organizacional Campus Cacoal

Finalmente, cumpre-nos registrar que, não obstante o entusiasmo e obstinação da equipe de servidores em realizar as ações necessárias para a adequada implantação do Instituto, enfrentamos inúmeros e diversos obstáculos e dificuldades no desempenho das atividades demandadas em um processo dessa natureza em que todas as ações possuem um caráter de prioridade, pois partimos praticamente do zero para poder oferecer os serviços administrativos e acadêmicos para a comunidade. Dentre tantos, citamos alguns: a) atraso na entrega das construções e reformas dos *campi* – na realidade, a rede federal não possuía estrutura de engenharia em suas

unidades com capacidade para gerenciar a construção das 214 unidades da Expansão da Rede Federal; b) falta de pessoal, principalmente na Reitoria que passou a concentrar diversas ações, como, por exemplo, as de gestão de pessoas, a estruturação e normalização do ensino, pesquisa e extensão e a execução do orçamento da Reitoria e de 03 *campi*; c) a demora e indefinição da SETEC, após aval do MPOG, em liberar os concursos, provimento de cargos e as funções gratificadas; d) quadro de funções gratificadas incompatível com o porte do Instituto; e) fracasso no provimento de cargo de professor para algumas áreas especializadas do ensino técnico por falta de candidatos, mesmo com ampla divulgação do concurso; f) o grande volume de servidores solicitando remoção dos *campi* localizados no interior do Estado; g) o expressivo número de pedidos de exoneração de servidores que, após serem capacitados pelo IFRO, buscam outros órgãos por causa dos baixos salários da categoria; h) a greve dos servidores federais (SINASEFE).

3. PROGRAMAS DE GOVERNO SOB A RESPONSABILIDADE DA UNIDADE

O IFRO, no exercício de 2011, teve a responsabilidade de gerir os seguintes programas de governo, constantes do PPA 2008/2011:

- 0089 – Previdência de inativos e pensionistas da União;
- 1062 – Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica;
- 0750 – Apoio Administrativo;
- 1067 – Gestão de Política de Educação.

Tabela II - Demonstrativo da Execução do Programa de Governo 0089

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 0089		Denominação: Previdência de Inativos e Pensionistas da União				
Tipo do Programa: Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais						
Objetivo Geral: Assegurar os benefícios previdenciários legalmente estabelecidos aos servidores inativos da União e seus pensionistas e dependentes.						
Objetivos Específicos: Garantir o pagamento devido aos servidores civis inativos do poder executivo ou aos seus pensionistas, em cumprimento às disposições contidas em regime previdenciário próprio.						
Gerente:			Responsável: Atividades Padronizadas			
Público Alvo: Servidores públicos federais titulares de cargo efetivo, servidores inativos, dependentes e pensionistas.						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00	
Dotação		Despesa	Despesa	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada			
693.983,00	1.067.927,00	937.953,99	937.953,99		937.953,99	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Pessoa Beneficiada				14	14
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Nº de aposentados + Pensionistas						
Análise do Resultado Alcançado:						
Ação 0181 (Pagamento de aposentadorias e pensões – servidores civis): Tendo como objeto primordial desta ação o pagamento de proventos oriundos de direito previdenciário próprio dos servidores públicos civis do Poder Executivo ou dos seus pensionistas, incluídas as aposentadoria/pensão mensal, gratificação natalina e as eventuais despesas de exercícios anteriores, consideramos que as metas financeiras foram atingidas de forma satisfatória, uma vez que houve por parte do ministério suplementação para atender a meta física, possibilitando a utilização de 88% do montante disponibilizado.						

Fonte: PPA/LOA, SIAFI GERENCIAL e SIAPE

Os Demonstrativos da Execução do Programa de Governo 0750 estão explicitados com suas devidas análises no Anexo VI.

Os Demonstrativos da Execução do Programa de Governo 1062 estão explicitados com suas devidas análises no Anexo VII.

Tabela III - Demonstrativo da Execução do Programa de Governo 1067

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 1067		Denominação: Gestão da Política da Educação				
Tipo do Programa: Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais.						
Objetivo Geral: Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área da educação.						
Objetivos Específicos: Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.						
Gerente: Paulo Eduardo Nunes de Moura Rocha				Responsável: Ministério da Educação		
Público Alvo: Governo						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
556.605,00	556.605,00	340.971,85	265.153,91	75.817,94	254.496,58	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Servidor capacitado				130	223
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Servidor Capacitado						
Análise do Resultado Alcançado:						
Ação 4572 (Capacitação de servidores públicos federais em processo de qualificação e requalificação): A capacitação no exercício de 2011 teve sua execução regida pelo Plano Anual de Capacitação PAC, o que possibilitou a execução da ação a contento, não superando ainda mais os limites programados devido ao contingenciamento de diárias e passagens pelo Ministério do Planejamento. O índice atingido no exercício foi de 171,00%.						

Fonte: SIAFI GERENCIAL e DGP

Análise Crítica da Execução

Programa 0089 - Previdência de inativos e pensionistas da União: Considerando que se trata de programa com créditos destinados única e exclusivamente ao grupo de despesa de pessoal e encargos sociais, não houve contingenciamento e os créditos suplementares necessários foram liberados pelo órgão competente.

Programa 0750 – Apoio Administrativo: O referido programa é destinado a prestar assistência e conceder auxílios a servidores, aposentados e dependentes para o qual não houve contingenciamento. A maioria das ações que compõem este programa teve seu índice previsto superado em face da contratação de pessoal e ressarcimento de saúde suplementar, exceto as ações destinadas aos exames periódicos e auxílio-transporte. Em relação aos exames periódicos, as dificuldades que impediram a execução estão relacionadas com a contratação de laboratórios especializados. No entanto, após várias discussões e análises técnicas, o processo foi aberto e aguarda finalização no primeiro semestre de 2012.

Apesar do aumento do quadro de pessoal da Instituição, muitos servidores não receberam o auxílio-transporte em face da localização de sua unidade de lotação não dispor de transporte coletivo.

Em relação à saúde suplementar, o índice não atingiu a meta prevista, tendo em vista que o índice previsto foi calculado com base nas vagas liberadas para concurso, mas as posses só foram acontecendo ao longo do ano, e ainda a falta de plano de saúde específico.

Programa 1062 – Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica: O referido programa é destinado à expansão, manutenção e funcionamento da educação profissional. Mesmo havendo contingenciamento em 10% do custeio, as metas físicas foram superadas além do estimado, principalmente no que concerne ao atendimento ao educando. Quanto aos investimentos, houve um grande avanço na infra-estrutura e na aquisição de equipamentos para laboratórios e mobiliário, fazendo com que a gestão atingisse um melhor nível de atendimento a comunidade. Consideramos como pontos negativos o atraso na entrega das obras por inadequações de projetos de engenharia (os quais já se encontram corrigidos), e dificuldades na contratação de mão-de-obra por parte das empreiteiras; falta de docentes de áreas específicas principalmente as engenharias; quantitativo de pessoal insuficiente para desenvolver atividades relacionadas à implantação e execução de políticas e programas norteadores do desenvolvimento institucional. Como pontos positivos, constata-se que, observando os limites de créditos e dentro da legislação vigente, a gestão conseguiu reestruturar e manter a estrutura física das Unidades e garantir os serviços essenciais, otimizando a aplicação dos recursos, inclusive atingindo um índice bem superior na maioria das ações.

Programa 1067 – Gestão da Política de Educação: O referido programa é destinado à capacitação de servidores públicos federais em processo de qualificação e requalificação. Mesmo com o contingenciamento, dos tetos orçamentários, a meta foi superada, garantindo não só a qualificação dos servidores, mas também proporcionando a garantia de melhor atendimento à comunidade, em conformidade com o Plano Anual de Capacitação (PAC).

3.1 Execução Física das Ações Realizadas pela UJ

Tabela IV - Execução Física das Ações Realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
09	272	0089	0181	OP	3	Pessoa Beneficiada	14	14	-
12	301	0750	2004	A	3	Pessoa Beneficiada	1.227	823	1770
12	365	0750	2010	A	3	Criança Atendida	90	90	99
12	331	0750	2011	A	3	Servidor Beneficiado	230	79	91
12	306	0750	2012	A	3	Servidor Beneficiado	453	463	590
12	301	0750	20CW	A	3	Servidor Beneficiado	453	-	590
12	122	1062	09HB	OP	3	-			
12	363	1062	1H10	P	3	Unidade de Ensino Implantada	04	01	Ação não contemplada em 2012
12	363	1062	2992	A	3	Aluno Matriculado	2.500	4.765	5.000
12	363	1062	2994	A	3	Aluno Assistido	1.500	2.218	3.500
12	363	1062	6301	A	3	Volume Disponibilizado	1.000	1.800	Ação não contemplada em 2012
12	363	1062	6358	A	3	Pessoa Capacitada	130	140	180
12	363	1062	8650	A	3	Unidade Reestruturada	08	08	Ação não contemplada em 2012
12	363	1062	2E13	A	3	Unidade Modernizada	01		-
12	128	1067	4572	A	3	Servidor Capacitado	130	223	280

Fonte: SIAFI OPERACIONAL

Análise da Execução Física

Ação 0181 - Pagamento de aposentadorias e pensões – servidores civis: A previsão da meta física não é feita pela Instituição por tratar-se de operações especiais. A contribuição de que trata esta ação atende as exigências legais e as ocorrências independem da coordenação do programa.

Ação 2004 - Assistência médica e odontológica aos servidores, empregados e seus dependentes: O índice atingido não superou ao previsto. Mesmo com adesão do IFRO ao Plano Brasil de Saúde para os Servidores em Educação por meio de celebração de acordo de parceria entre o MEC e a Administradora de Benefícios de Saúde Aliança, nem todos os servidores aderiram ao plano.

Ação 2010 – Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados: Esta ação foi atendida conforme o planejado.

Ação 2011- Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados: O índice não atingido desta ação ocorreu porque foi previsto o quantitativo de servidores existentes mais os que já estavam com vagas autorizadas para concurso. Entanto, a entrada dos novos servidores deu-se paulatinamente ao longo do ano e, à medida que as posses ocorriam, nem todos solicitaram o referido auxílio pelos seguintes motivos: a) a localização de sua unidade de lotação não dispunha de transporte coletivo; b) os requerimentos de suspensão do benefício devido à rotatividade de servidores entre campi; c) nos municípios onde há transporte coletivo o valor a ser descontado do servidor era maior que o valor a ser percebido, tendo em vista o desconto de 6% inferido pela legislação vigente. Tais situações têm gerado insatisfação nos servidores, causando impacto negativo na avaliação da execução da meta.

Ação 2012 - Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados: A execução da meta física atendeu ao programado.

Ação 20CW - Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos: Não foi possível atingir a meta prevista em face da problemática na contratação de laboratórios especializados. Para o exercício de 2012, o processo de contratação já foi iniciado no final de 2011, sendo prevista a sua conclusão para o primeiro semestre de 2012. Tem-se como impacto negativo a impossibilidade de cumprir a legislação pertinente ao assunto, de conhecer e avaliar o quadro de saúde, bem como a implementação de ações voltadas ao desenvolvimento humano e social do servidor.

Ação 09HB - Contribuição da União de suas autarquias e fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais: Não há previsão da meta física na LOA por tratar-se de operações especiais. A contribuição de que trata esta ação atende as exigências legais e as ocorrências independem da coordenação do programa.

Ação 1H10 - Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica: Considerando que a implantação das Unidades é plurianual e que essa ação foi disponibilizada pelo Ministério da Educação como uma das formas de atender a Expansão, somente foi disponibilizado o valor de R\$ 346.517,00, o que foi investido integralmente no Campus Ariquemes.

Ação 2992 - Funcionamento da Educação Profissional: A execução dos créditos destinados à ação foi realizada em quase sua totalidade, tendo em vista que houve contingenciamento de 10% do valor de custeio. O objeto da ação é o desenvolvimento de atividades para assegurar a manutenção e o funcionamento da Educação Profissional nas Instituições Federais de Ensino. No exercício de 2011 a meta física superou o programado tendo em vista a implantação da EAD e Cursos FIC. Consideramos nesta ação quase zero o impacto negativo, tendo em vista o trabalho de planejamento e gestão desenvolvido de forma integrada por todas unidades e como positivo a aplicação adequada dos recursos na melhoria da infraestrutura e na gestão como um todo.

Ação 2994 - Assistência ao Educando da Educação Profissional e Tecnológica: A execução física desta ação em nada foi prejudicada pelo contingenciamento, os créditos necessários foram executados no atendimento à política de assistência estudantil através dos programas internos, garantindo o desenvolvimento de ações assistenciais para o corpo discente, dentre as quais se destacam: cobertura de seguro contra acidentes pessoais, auxílio-permanência, hospedagem, alimentação, transporte e bolsas. Avalia-se que o impacto da ação foi positivo por possibilitar o ingresso, acessibilidade e a permanência dos alunos na Instituição, em especial os que se encontram em situação de vulnerabilidade.

Ação 6301 - Acervo bibliográfico para as Instituições da Rede Federal de Educação Profissional: A meta física atingiu um percentual executado de 180%, com isso torna-se positiva a execução da ação uma vez que o acervo adquirido reverte-se em conhecimento para a comunidade.

Ação 6358 - Capacitação de Recursos Humanos da Educação Profissional: O atingimento da meta física prevista ocorreu em face da execução basear-se nas necessidades institucionais balizadas pelo Plano Anual de Capacitação-PAC, trazendo benefícios através dos conhecimentos adquiridos pelos servidores nos cursos, seminários e congressos em que tiveram participação, gerando melhoria na qualidade dos serviços prestados pela Instituição à comunidade.

Ação 8650 - Reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica: Levando-se em consideração que a implantação da Expansão é Plurianual, os valores disponibilizados e utilizados em sua totalidade, impacta positivamente por oferecer melhores condições para o desenvolvimento da educação profissional.

Ação 2E13 - Reforma e Modernização da Infraestrutura Física das Instituições Federais da Educação Tecnológica: Embora a ação esteja prevista na LOA, não foi possível executá-la, tendo em vista tratar-se de crédito de emenda parlamentar não liberado.

Ação 4572 - Capacitação de servidores públicos federais em processo de qualificação e requalificação: A superação da meta física prevista ocorreu em face da execução basear-se nas necessidades institucionais balizadas pelo Plano Anual de Capacitação-PAC, trazendo benefícios através dos conhecimentos adquiridos pelos servidores nos cursos, seminários e congressos em que tiveram participação, gerando melhoria na qualidade dos serviços prestados pela Instituição à comunidade.

3.2 Desempenho Orçamentário e Financeiro

3.2.1 Programação Orçamentária das Despesas

Tabela V - Identificação da Unidade Orçamentária

Denominação da Unidade Orçamentária	Código da UO	Código SIAFI da UGO
INSTITUTO FEDERAL DE RONDÔNIA	26421	158148

3.2.1.1 Programação de Despesas Correntes

Tabela VI - Programação de Despesas Correntes (valores em R\$ 1,00)

Origem dos Créditos Orçamentários		1 - Pessoal e Encargos Sociais		2 - Juros e Encargos da Dívida		3 - Outras Despesas Correntes		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2011	2010	2011	2010	2011	2010	
LOA	Dotação proposta pela UO	11.201.384,00	5.987.972			16.121.702,00	11.381.779	
	PLOA	11.201.384,00	0,00	0,00	0,00	16.121.702,00	0,00	
	LOA (A)	11.201.384,00	0,00	0,00	0,00	16.121.702,00	0,00	
CRÉDITOS	Suplementares (B)	16.190.839,00	11.140.000			3.563.534,00	1.442.586	
	Especiais (C)	Abertos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		Reabertos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Extraordinários (D)	Abertos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		Reabertos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Créditos Cancelados (F)	-800.000,00	0,00	0,00	0,00	-695.028,00	-900.000	
Outras Operações (E)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Total		26.592.223,00	17.127.972			18.990.208,00	11.924.365	

Fonte: SIAFI GERENCIAL

3.2.1.2 Programação de Despesas de Capital

Tabela VII - Programação de Despesas de Capital (valores em R\$ 1,00)

Origem dos Créditos Orçamentários		4 – Investimentos		5 - Inversões Financeiras		6 - Amortização da Dívida		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2011	2010	2011	2010	2011	2010	
LOA	Dotação proposta pela UO	15.241.255,00	19.767.120	0,00	0,00	0,00	0,00	
	PLOA	15.241.255,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	LOA	15.391.255,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
CRÉDITOS	Suplementares	1.366.694,00	900.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	Especiais	Abertos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		Reabertos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Extraordinários	Abertos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		Reabertos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Créditos Cancelados	0,00	-4.784.172	0,00	0,00	0,00	0,00		
Outras Operações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Total		16.757.949,00	15.882.948	0,00	0,00	0,00	0,00	

Fonte: SIAFI GERENCIAL

3.2.1.3 Quadro Resumo da Programação de Despesas

Tabela VIII - Quadro Resumo da Programação de Despesas (valores em R\$1,00)

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2011	2010	2011	2010	2011	2010	
LOA	Dotação proposta pela UO	27.323.086,00	17.369.751	15.241.255,00	19.767.120	0,00	0,00	
	PLOA	27.323.086,00	14.549.348	15.241.255,00	4.460.002	0,00	0,00	
	LOA	27.323.086,00	17.369.751	15.391.255,00	19.767.120	0,00	0,00	
CRÉDITOS	Suplementares	19.754.373,00	12.582.586	1.366.694,00	900.000	0,00	0,00	
	Especiais	Abertos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		Reabertos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Extraordinários	Abertos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		Reabertos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Créditos Cancelados	-1.495.028,00	-900.000	0,00	-4.784.172	0,00	0,00		
Outras Operações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Total		45.582.431	29.052.337	16.757.949,00	15.882.948,00	0,00	0,00	

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Análise Crítica da Programação Orçamentária

A Programação Orçamentária disponibilizada para o funcionamento do IFRO é constituída através de uma matriz Orçamentária que leva em consideração diversos fatores como: número de alunos, políticas de expansão, modalidades de cursos, tipos de campus por área, regimes de residência de discentes entre outros aspectos.

Ressaltamos que os valores apresentados referentes a pessoal e encargos sociais são calculados pelo Ministério do Planejamento e inseridos na Matriz de Programação Orçamentária.

A Programação Orçamentária de 2011, proposta pela UO foi acatada no PLOA e acrescida de emenda parlamentar no valor de R\$ 150.000,00, resultando num montante de R\$ 42.714.341,00 aprovados na LOA.

No decorrer da execução do orçamento, houve necessidade de suplementação de créditos principalmente relacionados à Pessoal, tendo em vista a entrada em exercício de novos servidores, o que gerou um acréscimo de R\$ 16.190.839,00, isto é 145% em relação à dotação inicial da LOA.

Houve outros acréscimos de créditos suplementares no montante de R\$ 3.563.534,00 e cancelamentos no montante de R\$ 1.495.028,00 efetuados pela SOF, ficando assim a Programação Orçamentária de 2011 no valor de R\$ 62.340.380,00.

3.2.1.4 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Tabela IX - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa (valores em R\$ 1,00)

Natureza da Movimentação de Crédito	UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes			
			1 - Pessoal e Encargos Sociais	2 - Juros e Encargos da Dívida	3 - Outras Despesas Correntes	
Movimentação Interna	Concedida	150016	12363106263580001	0,00	0,00	17.196,55
	Concedida	150016	12363106263800001	0,00	0,00	46.970,96
	Concedida	150016	12363106286500001	0,00	0,00	451.294,60
	Recebidos	158376	12363106263580001	0,00	0,00	17.196,55
	Recebidos	158341	12363106263800001	0,00	0,00	14.990,96
	Recebidos	158342	12363106263800001	0,00	0,00	10.380,00
	Recebidos	158376	12363106263800001	0,00	0,00	21.600,00
	Recebidos	158342	12363106286500001	0,00	0,00	74.507,74
	Recebidos	158376	12363106286500001	0,00	0,00	376.786,86
Movimentação Externa	Recebidos	158148	12122106722720001	0,00	0,00	1.964,79
	Recebidos	158148	12363106263580001	0,00	0,00	29.206,55
	Recebidos	158148	12363106263800001	0,00	0,00	161.737,60

Natureza da Movimentação de Crédito	UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital			
			4 - Investimentos	5 - Inversões Financeiras	6 - Amortização da Dívida	
Recebidos	158148	12363106286500001	0,00	0,00	798.049,72	
Recebidos	158148	12363106220RW0101	0,00	0,00	343.400,00	
Recebidos	158148	12363106282520001	0,00	0,00	26.172,64	
Movimentação Interna	Concedidas	150016	1236310621H100001	1.088.311,74	0,00	0,00
	Concedidas	150016	12363106263800001	590.840,64	0,00	0,00
	Recebidos	158341	1236310621H100001	262.331,10	0,00	0,00
	Recebidos	158342	1236310621H100001	400.705,82	0,00	0,00
	Recebidos	158342	1236310621H100001	425.274,82	0,00	0,00
	Recebidos	158341	12363106263800001	52.162,56	0,00	0,00
	Recebidos	158342	12363106263800001	417.339,04	0,00	0,00
	Recebidos	158376	12363106263800001	121.339,04	0,00	0,00
Movimentação Externa	Recebidos	158148	1236310621H100001	3.382.752,79	0,00	0,00
	Recebidos	158148	12363106220AW0001	698.235,00	0,00	0,00
	Recebidos	158148	12363106263580001	150.486,77	0,00	0,00
	Recebidos	158148	12363106263800001	972.840,80	0,00	0,00
	Recebidos	158148	12363106282520001	74.050,00	0,00	0,00

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Análise Crítica das Movimentações

A movimentação orçamentária por grupo de despesa ocorreu pela necessidade de aceleração na implantação da expansão, no que concerne às obras e aquisições de equipamentos e mobiliário para melhor estruturação no atendimento à comunidade dos campi que estão em funcionamento. Registre-se ainda que, para despesas de custeio, o montante de R\$ 1.360.531,30 deu-se em função de que na LOA os orçamentos dos *Campi* avançados foram de somente R\$ 750.000,00 para cada.

Dentre as aplicações das movimentações recebidas destacam-se as principais: aquisição de equipamentos diversos para os laboratórios, mobiliário e veículos.

3.3 Execução Orçamentária das Despesas

3.3.1 Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ

3.3.1.1 Despesas por Modalidade de Contratação

Tabela X - Despesas por Modalidade de Contratação de Créditos originários da UJ (valores em R\$ 1,00)

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa Paga	
	2011	2010	2011	2010
Modalidade de Licitação				
Convite	0,00	0,00	0,00	0,00
Tomada de Preços	0,00	16.285,91	0,00	16.285,91
Concorrência	4.549.222,86	1.015.525,57	4.271.043,96	835.999,64
Pregão	8.013.860,92	5.575.783,23	7.181.721,74	5.316.342,13
Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
Registro de Preços	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratações Diretas				
Dispensa	1.226.377,28	771.608,03	1.195.713,13	0,00
Inexigibilidade	232.992,58	187.268,43	232.782,34	165.828,98
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos	10.373,03	9.390,46	10.373,03	9.390,46
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha	25.447.942,03	17.861.600,87	25.447.942,03	17.861.600,87
Diárias	575.933,78	99.957,85	575.933,78	99.957,85
Outros	2.399.673,55	515.663,85	2.399.673,55	511.069,91

Fonte: SIAFI GERENCIAL

3.2.1.2 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

Tabela XI - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa de Créditos originários da UJ (R\$ 1,00)

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
1 - Despesas de Pessoal								
11	20.421.674,87	13.232.604,97	20.421.674,87	13.232.604,97	0,00	0,00	20.421.674,87	13.232.604,97
13	3.862.673,32	2.403.254,42	3.862.673,32	2.403.254,42	0,00	0,00	3.862.673,32	2.403.254,42
01	791.533,70	565.365,48	791.533,70	565.365,48	0,00	0,00	791.533,70	565.365,48
Outros elementos	372.060,14	244.315,79	372.060,14	244.315,79	0,00	0,00	372.060,14	244.315,79
2 - Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros elementos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3 - Outras Despesas Correntes								
39	3.727.426,13	2.362.367,33	2.651.184,31	1.878.587,78	1.076.241,82	483.779,55	2.614.614,11	1.842.429,59
30	2.848.397,66	1.742.226,35	1.685.967,54	1.283.566,30	1.162.430,12	458.660,05	1.648.822,04	1.257.354,83
37	2.823.220,08	1.745.237,74	2.585.199,88	1.415.640,51	238.020,20	329.597,23	2.252.543,21	1.842.429,59
Outros elementos	4.823.235,75	2.953.205,74	4.549.164,47	2.771.571,80	274.071,28	181.633,94	4.454.763,04	2.703.967,13

Fonte: SIAFI GERENCIAL

3.2.1.3 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

Tabela XII - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa de Créditos originários da UJ (R\$ 1,00)

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
4 – Investimentos								
52	7.671.850,90	4.007.488,21	2.447.376,47	1.796.712,55	5.224.474,43	2.210.775,66	2.128.267,96	1.644.120,93
51	7.255.560,91	1.262.367,62	4.638.776,97	1.015.525,57	2.616.783,94	246.842,05	4.271.043,96	835.999,64
39	385.770,41	89.760,00	81.658,50	0,00	304.111,91	89.760,00	81.658,50	0,00
Outros elementos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5 - Inversões Financeiras								
1º elemento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros elementos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6 - Amortização da Dívida								
1º elemento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros elementos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Análise Crítica da Execução Orçamentária

Na execução orçamentária do exercício de 2011, as maiores despesas ocorreram nos grupos de natureza de despesas de pessoal, investimentos e outras despesas correntes respectivamente, representando 46% para pessoal, 28% para investimento e 26% para outras despesas correntes. Ressalte-se que o grande volume de despesas em investimentos deve-se a expansão das unidades do IFRO.

3.2.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

3.2.2.1 Despesas por Modalidade de Contratação

Tabela XIII - Despesas por Modalidade de Contratação de Créditos Recebidos por Movimentação (R\$ 1,00)

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa Paga	
	2011	2010	2011	2010
Licitação				
Convite	0,00	0,00	0,00	0,00
Tomada de Preços	0,00	0,00	0,00	0,00
Concorrência	0,00	929.375,47	0,00	929.375,43
Pregão	347.429,11	560.820,89	295.251,87	550.416,09
Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
Registro de Preços	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratações Diretas				
Dispensa	11.172,20	66.983,63	11.172,20	57.496,12
Inexigibilidade	0,00	14.875,83	0,00	14.875,83
Regime de Execução Especial	0,00	0,00	0,00	0,00
Suprimento de Fundos	0,00	6.416,07	0,00	6.416,07
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha	0,00	1.675,00	0,00	1.675,00
Diárias	13.393,35	483.197,92	13.393,35	483.197,92
Outros	301.479,00	615.194,65	301.479,00	614.534,65

Fonte: SIAFI GERENCIAL

3.2.2.2 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

Tabela XIV - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação (valores em R\$ 1,00)

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
1 - Despesas de Pessoal								
1º elemento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros elementos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2 - Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros elementos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3 - Outras Despesas Correntes								
30	564.987,52	276.715,71	13.402,19	61.176,07	551.585,33	215.539,64	11.465,49	61.019,85
37	230.000,00	764.390,13	230.000,00	684.927,67	0,00	79.462,46	230.000,00	674.522,87
48	249.000,00	0,00	0,00	0,00	249.000,00	0,00	0,00	0,00
Outros elementos	316.543,78	759.904,88	381.598,38	579.967,95	978.932,92	179.576,93	33.074,53	566.402,72

Fonte: SIAFI GERENCIAL

3.2.2. Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

Tabela XV - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação (valores em R\$ 1,00)

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
4 – Investimentos								
52	5.278.365,36	999.038,88	291.875,28	1.625,00	4.986.490,08	997.413,88	250.536,24	1.625,00
51	0,00	1.000.000,00	0,00	929.375,47	0,00	70.624,53	0,00	929.375,47
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros elementos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5 - Inversões Financeiras								
1º elemento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros elementos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6 - Amortização da Dívida								
1º elemento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros elementos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Análise Crítica

Os créditos recebidos por movimentação tiveram por finalidade principal subsidiar a implantação e reestruturação das Unidades do IFRO, sendo que suas despesas ocorreram nos grupos de natureza de despesas de investimentos e outras despesas correntes, representando 80% para investimentos e 20% para outras despesas correntes. Salientamos que os créditos para investimentos foram utilizados na sua totalidade para aquisição de equipamentos e mobiliário.

3.3 Indicadores Institucionais

Considerando a importância das ações de governo na busca para a melhoria da qualidade da educação brasileira e no desenvolvimento social do País, são fundamentais a construção e a ampla utilização de medidas de desempenho que expressem o grau de alcance das metas e objetivos estabelecidos. Para tanto, é preciso o estabelecimento de indicadores acadêmicos que expressem a ampliação da oferta e a melhoria da eficiência e da eficácia das instituições federais de educação profissional, buscando o atendimento das metas já estabelecidas, além dos indicadores estabelecidos pelos Acórdãos nº 2.267/2005 – TCU/Plenário, nº 104/2011 – TCU/Plenário e nº 2.508/2011 – TCU – 1ª Câmara.

Desta forma, serão utilizados indicadores padronizados pela SETEC para a Rede de Educação Profissional e Tecnológica que visam atender aos Acórdãos-TCU.

1. Relação Candidato / Vaga – O objetivo desse indicador é medir a demanda dos cursos ofertados à comunidade.

$$\text{Fórmula de cálculo: } \frac{\text{Inscrições}}{\text{Vagas}} = \frac{10.767}{3.620} = 2,97\%$$

2. Relação de Ingressos / Alunos – Este indicador permite que se calcule, para um determinado período, a relação entre as matrículas ingressantes e o total de matrículas ativas no mesmo período.

$$\text{Fórmula de cálculo: } \frac{\text{Relação de Ingressos}}{\text{Alunos Matriculados}} \times 100 = \frac{3.620}{5650} \times 100 = 64,07\%$$

3. Relação de Concluintes / Alunos – O objetivo deste indicador é comparar o quantitativo de alunos concluintes em relação ao total de alunos.

$$\text{Fórmula de cálculo: } \frac{\text{Número de Concluintes (manhã, tarde, noite e integral)}}{\text{Alunos Matriculados}} \times 100 =$$

$$\frac{200}{5.650} \times 100 = 3,53\%$$

4. Índice de Eficiência Acadêmica / Concluintes – O objetivo deste indicador é comparar a eficiência acadêmica dos alunos/Instituição.

$$\text{Fórmula de cálculo: } \frac{\text{Número de Concluintes}}{\text{Número de Ingressos}} \times 100 = \frac{200}{3.620} \times 100 = 5,48\%$$

5. Índice de Retenção do Fluxo Escolar – O objetivo deste indicador é quantificar a taxa de retenção do fluxo escolar em relação ao total de alunos.

$$\text{Fórmula de cálculo: } \frac{\text{Número de Alunos Retidos}}{\text{Alunos Matriculados}} \times 100 = \frac{100}{5.650} \times 100 = 1,76\%$$

6. Relação Alunos / Docente em Tempo Integral – O objetivo deste indicador é quantificar o número de alunos por docente em tempo integral.

$$\text{Fórmula de cálculo: } \frac{\text{Número de Alunos Matriculados}}{\text{Número de Docentes}} = \frac{5.650}{223} = 25,33\%$$

7. Índice de Titulação do Corpo Docente – O objetivo deste indicador é quantificar o índice de titulação do corpo docente.

A titulação do corpo docente é dividida em cinco subgrupos: graduado, aperfeiçoado, especialista, mestre e doutor.

$$\text{Fórmula de cálculo: } \frac{G*1+A*2+E*3+M*4+D*5}{G+A+E+M+D} = \frac{52*1+2*2+85*3+67*4+17*5}{52+2+85+67+17} = 2,97$$

8. Gastos Correntes por Aluno – O objetivo deste indicador é medir o custo por aluno, por região e para o País.

$$\text{Fórmula de cálculo: } \text{Gastos Correntes por Aluno} = \frac{\text{Total de Gastos}}{\text{Alunos Matriculados}}$$

$$\frac{38.732.267,66}{5650} = 6.855,27$$

9. Percentual de Gastos com Pessoal – O objetivo deste indicador é medir o gasto total com pessoal em relação aos gastos totais.

$$\text{Fórmula de cálculo: } \text{Percentual de Gastos com Pessoal} = \frac{\text{Total de Gastos com Pessoal}}{\text{Gastos Totais}} \times 100 =$$

$$\frac{29.392.222,04}{54.983.403,87} \times 100 = 53,46\%$$

10. Percentual de Gastos com Outros Custeios (exclusive benefícios) – O objetivo deste indicador é quantificar o percentual de gastos com outros custeios em relação aos gastos totais.

Fórmula de cálculo:

$$\frac{\text{Total de Gastos com Outros Custeios}}{\text{Gastos Totais}} \times 100 = \frac{10.277.999,61}{54.983.403,87} \times 100 = 18,69\%$$

11. Percentual de Gastos com Investimentos (em relação aos gastos totais) – O objetivo deste indicador é medir os gastos com investimentos e inversões financeiras em relação aos gastos totais.

Fórmula de cálculo:

$$\frac{\text{Total de Gastos com Despesas de Investimentos e Inversões Financeiras}}{\text{Gastos Totais}}$$

$$\frac{15.313.182,22}{54.983.403,87} = 27,85\%$$

12. Numero de alunos matriculados classificados de acordo com a renda – O objetivo deste indicador é aferir o grau de inclusão social da politica governamental para a área de educação profissional e tecnológica.

Fórmula de cálculo: Contagem dos alunos matriculados em cursos regulares oferecidos no âmbito das instituições, para os quais já tenham sido aplicados questionários sócio econômicos, identificando em qual faixa de renda familiar per capita cada aluno se enquadra.

$$\begin{aligned} 0 < \text{RFP} \leq 0,5 &= 0 \\ 0,5 < \text{RFP} \leq 1,0 &= 218 \\ 1,0 < \text{RFP} \leq 2,0 &= 510 \\ 2,0 < \text{RFP} \leq 3,0 &= 453 \\ 3,0 < \text{RFP} \leq 4,0 &= 384 \\ \text{RFP} > 4,0 &= 427 \\ \text{Não responderam} &= 3.658 \end{aligned}$$

Resumo dos indicadores:

Resumo dos Indicadores		
Indicadores	2011	2010
1. Relação Candidato/Vaga	2,97	2,69
2. Relação Ingresso/Aluno	64,07%	43,34%
3. Relação Concluintes/aluno	3,53%	5,21%
4. Índice de eficiência acadêmica de concluintes	5,48%	12,02%
5. Índice de retenção do fluxo escolar	1,76%	3,97%
6. Relação docentes/aluno em tempo integral	25,33%	17,48%
7. Índice de titulação do corpo docente	2,97	3,10%
8. Gastos Corrente por aluno	6.855,27	7.880,92
9. Percentual de gastos com pessoal	53,46%	62,95%
10. Percentual de gastos com outros custeios (exclusive benefícios)	18,69%	86,04%
11. Percentual de gastos com investimentos em relação aos gastos totais	27,85%	9,49%

Fonte: SISTEC

3.4 Movimentação e Saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

3.4.1 Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores

Tabela XVI - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores (valores em R\$ 1,00)

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados até dez 2011	Pagamentos acumulados até dez 2011	Saldo a pagar em 31/12/2011
Dez 2010	525.951,31	-7.518,82	454.876,56	63.555,93
Dez 2009	32.719,02	-10.211,64	4.742,79	17.764,59
Dez 2008	1.359,16	0,00	0,00	1.359,16
Dez 2007	398,35	0,00	0,00	398,35
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados até dez 2011	Pagamentos acumulados até dez 2011	Saldo a pagar em 31/12/2011
2010	5.543.665,92	-85.759,05	4.746.834,56	711.072,31
2009	504.856,36	-164.391,13	290.105,39	50.359,84
2008	22.620,21	-22.483,21	137,00	0,00
2007	1.140,00	0,00	1.140,00	0,00
Observações: Decreto 7.468 de 28/04/11 – Mantem a validade de RP não Processados				

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Análise da Gestão de RP

Considerando que, ao longo dos quatro exercícios, os valores pagos em relação ao montante inscrito foram de 82,89%, caracteriza uma evolução na atuação da gestão, uma vez que parte dos créditos é disponibilizada no encerramento do exercício, o que gera indubitavelmente RP, principalmente dos Não Processados.

O percentual de 4,38% de cancelamentos deu-se em face da não entrega de produtos ou serviços pelos fornecedores que, após justificativas, foram cancelados.

3.5 Recursos Humanos da Unidade

3.5.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos

Tabela XVII– Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)		458	2	1
1.1. Membros de poder e agentes políticos				
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)		458	2	1
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão		452	2	1
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado				
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório				
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas		6	2	1
2. Servidores com Contratos Temporários		6		
3. Total de Servidores (1+2)		464	2	1

Fonte: SIAPE

Tabela XVIII – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	-
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	
1.2. Exercício de Função de Confiança	
1.3. Outras situações previstas em leis específicas (especificar as leis)	
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	4
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	4
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	
3.1. De ofício, no interesse da Administração	
3.2. A pedido, a critério da Administração	
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	

3.4. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Motivo de saúde	
3.5. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo	
4. Licença remunerada (4.1+4.2)	-
4.1. Doença em pessoa da família	
4.2. Capacitação	
5. Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	-
5.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro	
5.2. Serviço militar	
5.3. Atividade política	
5.4. Interesses particulares	
5.5. Mandato classista	
6. Outras situações (Especificar o ato normativo)	
7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)	4

Fonte: SIAPE

Tabela XIX – Detalhamento estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em comissão	47	45	3	2
1.1. Cargos Natureza Especial				
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior				
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	47	34	-	-
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado				
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas		6	2	1
1.2.4. Sem vínculo		4	1	1
1.2.5. Aposentados		1		
2. Funções gratificadas	115	108	5	-
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	115	108	5	
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado				
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas				
3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)	162	153	8	2

Fonte: SIAPE

Tabela XX – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária - Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de cargo efetivo	150	183	85	31	1
1.1. Membros de poder e agentes políticos					
1.2. Servidores de Carreira	148	181	84	30	1
1.3. Servidores com Contratos Temporários	2	2	1	1	
2. Provimento de cargo em comissão	-	2	-	2	1
2.1. Cargos de Natureza Especial					
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior		2		2	1
2.3. Funções gratificadas					
3. Totais (1+2)	150	185	85	33	2

Fonte: SIAPE

Tabela XXI – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de pessoas por nível de escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo	-	-	2	5	104	100	172	68	7
1.1. Membros de poder e agentes políticos									
1.2. Servidores de Carreira			2	5	104	99	171	64	7
1.3. Servidores com Contratos Temporários						1	1	4	
2. Provimento de cargo em comissão	-	-	-	-	-	4	1	-	-
2.1. Cargos de Natureza Especial									
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior						4	1		
2.3. Funções gratificadas									
3. Totais (1+2)	-	-	2	5	104	104	173	68	7

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Tabela XXII - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias iniciadas no exercício de referência
1. Integral	10-	02
1.1 Voluntária	09	01
1.2 Compulsória	01	01
1.3 Invalidez Permanente		
1.4 Outras		
2. Proporcional	04-	-
2.1 Voluntária	03	
2.2 Compulsória	01	
2.3 Invalidez Permanente		
2.4 Outras		
3. Totais (1+2)	14	02

Fonte: SIAPE

Tabela XXIII - Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12

Regime de proventos do servidor instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no exercício de referência
1. Aposentado	01	01
1.1. Integral	01	01
1.2. Proporcional		
2. Em Atividade	01	
3. Total (1+2)	02	01

Fonte: SIAPE

Tabela XXIV - Composição do Quadro de Estagiários

Em R\$ 1,00

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	-	-	-	-	-
1.1 Área Fim					
1.2 Área Meio					
2. Nível Médio	02	01	01	01	4.695,00
2.1 Área Fim					
2.2 Área Meio	02	01	01	01	4.695,00
3. Total (1+2)	02	01	01	01	4.695,00

Fonte: SIAPE

3.5.4 Quadro de Custos de Recursos Humanos

Tabela XXV - Quadro de Custos de Recursos Humanos nos exercícios de 2011, 2010 e 2009 (em R\$ 1,00)								
Tipologias / Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis	
Membros de poder e agentes políticos								
2011								
2010								
2009								
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão								
2011	3.838.261,83		1.380.046,01	481.474,14	431.842,50	176.698,94	2.974.525,83	8.937.357,76
2010	2.851.280,22		771.119,90	357.666,51	320.797,29	131.262,07	2.209.444,96	6.639.179,98
2009	1.275.122,19		263.827,83	194.406,10	115.212,65	40.497,69	675.772,35	2.564.838,81
Servidores com Contratos Temporários								
2011	86.092,09		8.514,11	9.058,28				103.691,93
2010	76.894,44		8.317,27	8.361,07	4.645,98			98.218,76
2009	100.346,04		7.882,12	25.513,91	4.650,39			138.392,46
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença								
2011	182.209,69		53.607,34	15.787,77		5.404,00	214.835,91	471.844,71
2010	182.209,69		53.607,34	15.787,77		5.404,00	214.835,91	471.844,71
2009	311.736,35		68.897,40	36.846,22	3.134,31	12.360,00	275.211,26	708.185,54
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial								
2011								
2010								
2009								
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior								
2011	570.248,08	1.352.370,06	358.547,52	107.177,75	303.183,11	45.528,00	366.244,61	3.113.299,13
2010	570.248,08	1.352.370,06	358.547,52	107.177,75	303.183,11	45.528,00	366.244,61	3.113.299,13
2009	148.657,87	302.729,51	62.706,68	37.585,28	32.741,04	13.675,00	56.230,43	654.325,81
Servidores ocupantes de Funções gratificadas								
2011	1.827.199,34	438.608,84	417.149,66	168.584,60	219.110,98	100.074,21	526.085,30	3.696.811,40
2010	1.302.725,46	312.711,10	297.412,26	120.194,58	156.217,66	71.349,21	375.079,34	2.635.689,61
2009	574.754,87	109.744,63	130.992,44	101.123,70	60.236,10	17.925,00	141.850,48	1.136.627,22

Fonte: SIAPE e SCDP

3.3.1 3.5.5 Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva

TABELA XXVI – SERVIÇOS DE LIMPEZA E VIGILANCIA

Unidade Contratante													
Nome: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDONIA													
UG/Gestão:158148 / 26421						CNPJ: 10.817.343/0001-05							
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2009	L	O	026/2009	08.251.393/0001-18	01/09/2009	25/05/2012	23	23					P
Unidade Contratante													
Nome: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA													
UG/Gestão: 158148 / 26421						CNPJ: 10.817.343/0001-05							
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2011	V	O	017/2011	10.570.899/0001-31	01/08/2011	31/07/2012	04	04					A
2011	V	O	018/2011	10.570.899/0001-31	01/12/2011	30/11/2012	16	16					A
2011	V	O	019/2011	10.585.532/0001-91	01/12/2011	30/11/2012	04	04					A
2011	V	O	023/2011	10.570.899/001-31	01/12/2011	30/11/2012	06	06					A
<p>Observação: Os Contratos de vigilância ostensiva foram realizados pela reitoria e tiveram suas execuções descentralizadas para os campi a saber: Contrato 17/2011 – Campus Colorado do Oeste (04 func.); 18/2011 – Campi Porto Velho (06 func.), Ariquemes (04 func.) e Cacoal (06 func.); 19/2011 – Campus Ji-Paraná (04 func.) e 23/2011 – Campus Vilhena (06 func.).</p>													
<p>LEGENDA Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva. Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; © Efetivamente contratada.</p>													

Fonte: PROPLAD/CAMPI - IFRO

3.5.5 Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra

Os contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra encontram-se discriminados nos Anexos II.

3.5.6 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

Considerando que em nível ministerial (MEC) encontra-se em estudo a viabilidade de se implantar uma sistemática unificada para suas unidades estruturarem o desenvolvimento de seus indicadores de gestão, possibilitando à área de Gestão de Pessoas do IFRO dispor de informações quanto a esses indicadores para os próximos exercícios, se encontra eleita a Comissão Permanente de Avaliação no âmbito da nossa Instituição, a qual estará atuando já no primeiro semestre de 2012, o que poderá nos subsidiar para a implantação das políticas de gestão quanto a indicadores de pessoal.

3.6 Declaração sobre Registro de Contratos e Convênios

Tabela XXVII – Declaração da área de Contratos e Convênios

DECLARAÇÃO DOS REGISTROS ATUALIZADOS DOS SISTEMAS SIASG E SICONV			
DECLARAÇÃO			
Denominação completa (UJ)			Código da Gestão
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia			26421
<p>Declaro para os devidos fins que as informações referentes aos Contratos firmados, encontram-se disponíveis e atualizados no Sistema de Administração e Serviços Gerais – SIASG.</p> <p>Ressalto que na Gestão do exercício de 2011, sob a responsabilidade da Gestão de Contratos da Reitoria não há registro de nenhum convênio em vigência.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Porto Velho – RO	Data	30/03/2011
Nirce Vieira Loras Gestora de Contratos e Convênios da Reitoria			

(original assinado no IFRO)

3.7 Entrega e Tratamento das Declarações de Bens e Rendas

Os servidores pertencentes ao quadro de pessoal do IFRO encontram-se em dia com o cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730/93, no que se refere à entrega e ao tratamento das declarações.

3.8 Estrutura de Controles Internos da UJ

A análise da estrutura dos controles internos está disponibilizada no anexo III

3.9 Adoção de Critérios de Sustentabilidade Ambiental e Separação de Resíduos Recicláveis

3.9.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

A análise sobre a Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis estão disponibilizadas no anexo IV

3.9 Gestão do Patrimônio Imobiliário de Responsabilidade da UJ

3.9.1 Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial

Tabela XXVIII – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2011	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	Porto Velho	2	2
	Ariquemes	1	1
	Jí-Paraná	1	1
	Cacoal	1	1
	Vilhena	1	1
	Colorado do Oeste	2	2
Total Brasil		7	7

Fonte: REITORIA/IFRO

Tabela XXIX– Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	Porto Velho	1	1
Total Brasil		1	1

Fonte: REITORIA/IFRO

Tabela XXX – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União Sob Responsabilidade da UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
158345		12						
158532		12	3				0,00	38.839,97
158343		12	7				0,00	32.291,10
158376		12	2				1.026.571,41	105.959,84
158342		12	1				0,00	8.103,15
158533		12	5				393.000,00	35.575,04
158341	0023000 60500-9	21	3		29/09/2005	8.243.225,20	97.834,49	96.160,93
Total							1.517.405,90	316.930,03

Fonte: REITORIA/PROPLAD e SIAFI OPERACIONAL

Legenda:

Regime:

- | | |
|------------------------------------|------------------------------------|
| 1 – Aquicultura | 12 – Em regularização – Outros |
| 2 – Arrendamento | 13 – Entrega – Adm. Federal Direta |
| 3 – Cessão – Adm. Federal Indireta | 14 – Esbulhado (Invadido) |
| 4 – Cessão – Outros | 15 – Imóvel Funcional |
| 5 – Cessão – Prefeitura e Estados | 16 – Irregular – Cessão |
| 6 – Cessão Onerosa | 17 – Irregular – Entrega |
| 7 – Comodato | 18 – Irregular – Outros |
| 8 – Disponível para Alienação | 20 – Locação para Terceiros |
| 9 – Em processo de Alienação | 21 – Uso em Serviço Público |
| 10 – Em regularização – Cessão | 22 – Usufruto Indígena |
| 11 – Em regularização – Entrega | 23 – Vago para Uso |

Estado de Conservação:

- | | |
|---------------|---------------------------------|
| 1 – Novo | 5 – Reparos Importantes |
| 2 – Muito Bom | 6 – Ruim |
| 3 – Bom | 7 – Muito Ruim (valor residual) |
| 4 – Regular | 8 – Sem Valor |

Análise Crítica

Os imóveis da União sob responsabilidade do IFRO estão em fase de regularização dos processos de doações dos novos *Campi*, excetuando-se o Campus Colorado do Oeste que já possui sua estrutura física regularizada. Convém acrescentar que a atualização dos valores dos imóveis constitui competência da GRPU. para proceder a avaliação dos mesmos, que por insuficiência de mão de obra, não efetuou ainda a atualização dos valores.

A administração já contatou a GRPU, solicitando a visita dos técnicos a todos os campi para a devida atualização, porém por insuficiência de Técnicos, aquele órgão ainda não procedeu à atualização dos valores dos imóveis do IFRO.

3.10 Gestão de Tecnologia da Informação da UJ

3.10.1 Gestão de Tecnologia da Informação (TI)

As Informações da Gestão da Tecnologia da Informação bem como suas análises estão disponibilizadas no Anexo V

3.11 Cartões de Pagamento do Governo Federal

Tabela XXXI - Despesa com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador

Código da UG1: 158148		Limite de utilização da UG: 20.000,00			
Portador	CPF	Limite individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Varlei Gomes de Oliveira	891.492.202-25	4.800,00	-	1.559,05	1.559,05
Suan couto de Almeida	841.317.212-87	2.400,00	-	255,00	255,00
Ismaelson Costa de Moura	527.130.672-00	2.400,00	495,00-	826,00	1.321,00-
Total utilizado pela UG		3.135,05	-		
Código da UG2 : 158341		Limite de utilização da UG: 20.000,00			
Portador	CPF	Limite individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Rudiner Vez de Oliveira	400.360.142-49	5.000,00	-	2.932,10	2.932,10
Braz Manzoli	292.837.792-15	5.000,00	-	3.826,92	3.826,92
Total utilizado pela UG		6,759,02	-		
Código da UG1: 158342		Limite de utilização da UG: 20.000,00			
Portador	CPF	Limite individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Silvia Brandao Pereira	694.085.562-91	3.000,00	-	1.358,43	1.358,43
Total utilizado pela UG		1.358,43	-		
Total utilizado pela UJ		11.252,50			

Fonte: SIAFI OPERACIONAL

Tabela XXXII - Despesa com Cartão de Crédito Corporativo (série histórica)

Exercícios	Saque		Fatura		Total (R\$)
	Quantidade	Valor (a)	Quantidade	Valor (b)	(a+b)
2011	01	495,00	13	10.757,50	11.525,50
2010	-	-	16	11.771,23	11.771,23
2009	-	-	23	13.114,39	13.114,39

4. RESULTADOS E CONCLUSÕES

A leitura atenta do presente relatório demonstra o hercúleo esforço, dedicação e competência de toda a equipe de servidores não só em superar os óbices mencionados, mas também em executar plena, eficiente e eficazmente as ações demandadas para o exercício. Trata-se de mais uma etapa vencida com êxito, extremamente necessária para o processo de implantação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia que caminha a passos largos no cumprimento de seu papel estratégico para o desenvolvimento do Estado de Rondônia. Sua estrutura multicampi, presente hoje em 07 municípios, cuja oferta de cursos está em sintonia com os arranjos produtivos locais, com organização pedagógica verticalizada que vai da educação básica à superior, além do seu compromisso com o desenvolvimento sustentável e a inclusão social, através da excelência do ensino, da pesquisa e da extensão, evidenciam a relevância de nossa Instituição para a ampliação de oportunidades aos jovens e trabalhadores que anseiam por uma educação pública, de qualidade, com formação humana, cidadã, científica, profissional e tecnológica capaz de inseri-los no mundo do trabalho cada vez mais diverso, competitivo e exigente.

5. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO

5.1 Declaração do contador atestando a conformidade das demonstrações contábeis

Tabela XXXII – Declaração de que as Demonstrações Contábeis do Exercício não Refletem Corretamente a Situação Orçamentária, Financeira e Patrimonial da Unidade Jurisdicionada.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código Gestão
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia			26421
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964) relativas ao exercício de 2011 refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, conforme inclusão e consolidação das declarações dos contadores dos campi, EXCETO no tocante a:</p> <p>a) Os saldos apresentados no ativo permanente referente aos bens móveis e imóveis não expressam com a realidade na UG 158148 (Reitoria), devido estar em processo de transferência desses bens das antigas unidades gestoras para a nova estrutura do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia.</p> <p>b) Os saldos contábeis referente ao estoque de material de consumo em almoxarifado na UG 158341 (Campus Colorado Oeste) e UG 158148 (Reitoria), não expressam com a realidade, devida a falta de controle informatizado e eficiente que efetue e controle a avaliação patrimonial pelo preço médio ponderado conforme determina a Lei 4.320/64 em seu artigo 106, inciso III.</p> <p>c) Devido a não conclusão até o momento do inventário patrimonial anual da UG 158341 (Campus Colorado Oeste), a análise dos saldos contábeis com os valores físico torna-se prejudicada impossibilitando a manifestação, e quanto a UG 158148 (Reitoria) não representam os saldos físicos com os contábeis.</p> <p>d) Devido a nenhum programa informatizado de registro e controle patrimonial, não está sendo realizada conforme preceitua a legislação vigente a Depreciação dos bens móveis.</p> <p>e) A UG 158342(Campus Vilhena) e UG 158376 (Campus Ji-Paraná) apresentou Declaração Plena referente aos demonstrativos contábeis.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Porto Velho/Rondônia	Data	26 de Março de 2012
Contador Responsável	Welber de Carvalho Batista	CRC nº	MT 011646/0-3

Porto Velho-RO, 30 de março de 2011.

RAIMUNDO VICENTE JIMENEZ

Reitor

(original assinado no IFRO)

ANEXOS

ANEXO I – Estrutura Organizacional do IFRO



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA
CONSELHO SUPERIOR

Resolução nº 10/CONSUP/IFRO, de 15 de abril de 2011.

Dispõe sobre a Estrutura Organizacional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – Reitoria e Campi.

O PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei nº 11.892, de 29/12/2008, publicada no D.O.U. de 30/12/2009 e em conformidade com o disposto no Estatuto, e, considerando ainda a aprovação pelo Conselho Superior na reunião ocorrida na data de 28/02/2011,

RESOLVE:

Art. 1.º: APROVAR a Estrutura Organizacional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – Reitoria e *Campi*, consoante Anexo I desta Resolução.

Art. 2.º: Fica revogada a Resolução/Consup/IFRO n.º 48, de 07/12/2010, aprovada *ad referendum* do Conselho Superior do Instituto Federal de Rondônia.

Art. 3.º: Esta Resolução entra em vigor nesta data.

RAIMUNDO VICENTE JIMENEZ

Presidente do Conselho Superior
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO IFRO**Resolução nº 010/2011/CONSUP/IFRO, de 15 de abril de 2011.****I- ESTRUTURA DA REITORIA**

1. Conselho Superior — CONSUP
2. Reitor (CD-1)
 - 2.1. Assessoria Especial (CD-4)
 - 2.2. Chefia de Gabinete (CD-4)
 - 2.3. Colégio de Dirigentes
 - 2.4. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
 - 2.5. Comissão de Ética
 - 2.6. Comissão Própria de Avaliação — CPA
 - 2.7. Comissão Permanente de Pessoal Docente — CPPD
 - 2.8. Comissão Interna de Supervisão do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação — CIS/PCCTAE
 - 2.9. Ouvidoria
 - 2.10. Comissão Permanente de Exames — COPEX (FG-1)
 - 2.11. Auditoria Interna (FG-1)
 - 2.12. Procuradoria Jurídica (CD-4)
 - 2.13. Assessoria de Comunicação e Eventos (FG-1)
 - 2.14. Assessoria de Relações Internacionais
 - 2.15. Pró-Reitoria de Ensino (CD-2)**
 - 2.15.1. Diretoria de Desenvolvimento do Ensino (CD-4)
 - 2.15.1.1. Coordenação do Ensino Técnico (FG-2)
 - 2.15.1.2. Coordenação de Ensino de Graduação (FG-2)
 - 2.15.2. Diretoria de Educação a Distância (CD-4)
 - 2.15.2.1. Coordenação de Tecnologia Educacional
 - 2.15.2.2. Coordenação de Desenvolvimento Pedagógico
 - 2.15.2.3. Coordenação de Desenvolvimento e Suporte
 - 2.15.3. Diretoria de Assuntos Estudantis (CD-4)
 - 2.15.3.1. Coordenação-Geral de Registros Acadêmicos (FG-1)
 - 2.15.3.2. Coordenação de Assistência Estudantil
 - 2.16. Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação (CD-2)**
 - 2.16.1. Coordenação de Pesquisa e Inovação (FG-1)
 - 2.16.2. Coordenação de Pós-Graduação (FG-2)
 - 2.16.3. Coordenação do Núcleo de Inovação Tecnológica
 - 2.17. Pró-Reitoria de Extensão (CD-2)**
 - 2.17.1. Coordenação de Integração Ensino e Sociedade (FG-2)
 - 2.17.2. Coordenação de Programas, Projetos e Ações de Extensão (FG-1)
 - 2.17.3. Coordenação de Educação Inclusiva
 - 2.18. Pró-Reitoria de Planejamento e Administração (CD-2)**
 - 2.18.1. Diretoria de Administração (CD-3)
 - 2.18.1.1. Coordenação-Geral de Administração e Manutenção (FG-1)
 - 2.18.1.2. Coordenação de Patrimônio e Almojarifado (FG-2)

- 2.18.1.3. Coordenação de Contratos e Convênios (FG-2)
- 2.18.1.4. Coordenação de Compras e Licitações (FG-2)
- 2.18.1.5. Coordenação de Finanças (FG-2)
- 2.18.2. Diretoria de Planejamento e Orçamento (CD-4)
- 2.18.3. Diretoria de Engenharia e Infraestrutura (CD-3)
 - 2.18.3.1. Coordenação de Projetos
 - 2.18.3.2. Coordenação de Execução e Fiscalização
- 2.19. Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional (CD-2)**
 - 2.19.1. Diretoria de Gestão da Tecnologia da Informação (CD-3)
 - 2.19.1.1. Coordenação de Suporte a Redes
 - 2.19.1.2. Coordenação de Desenvolvimento de Sistemas
 - 2.19.2. Pesquisador Institucional (FG-1)
- 2.20. Diretoria de Gestão de Pessoas (CD-3)**
 - 2.20.1. Coordenação de Pagamento de Pessoal (FG-2)
 - 2.20.2. Coordenação de Seleção, Cadastro e Aposentadoria (FG-2)
 - 2.20.3. Coordenação de Desenvolvimento Humano e Social (FG-2)

II- ESTRUTURA DO CAMPUS AVANÇADO CACOAL

- 1. Diretor (CD-3)
 - 1.1. Coordenação Geral de Ensino (FG-1)
 - 1.1.1. Coordenação de Apoio ao Ensino e Assistência ao Educando (FG-2)
 - 1.2. Coordenação-Geral de Planejamento e Administração (FG-1)
 - 1.2.1. Coordenação de Serviços Gerais (FG-2)

III- ESTRUTURA DO CAMPUS AVANÇADO PORTO VELHO

- 1. Diretor (CD-4)
 - 1.1. Coordenação-Geral de Ensino (FG-1)
 - 1.1.1. Coordenação de Apoio ao Ensino e Assistência ao Educando (FG-2)
 - 1.2. Coordenação-Geral de Planejamento e Administração (FG-1)
 - 1.2.1. Coordenação de Serviços Gerais (FG-2)

IV- ESTRUTURA DO CAMPUS VILHENA

- 1. Diretor-Geral (CD-2)
 - 1.1. Chefia de Gabinete (FG-2)
 - 1.2. Conselho Escolar
 - 1.3. Coordenação de Comunicação e Eventos
 - 1.4. Coordenação de Avaliação e Controle Interno
 - 1.5. Coordenação de Gestão de Pessoas (FG-1)
 - 1.6. Coordenação de Gestão da Tecnologia da Informação (FG-2)
 - 1.7. Diretoria de Ensino (CD-4)
 - 1.7.1. Coordenação de Apoio ao Ensino (FG-1)

- 1.7.2. Coordenação de Assistência ao Educando (FG-2)
- 1.7.3. Coordenação de Registros Acadêmicos (FG-2)
- 1.7.4. Coordenação de Biblioteca
- 1.8. Departamento de Extensão (FG-1)
 - 1.8.1. Coordenação de Integração Escola, Empresa e Comunidade
 - 1.8.2. Coordenação de Formação Inicial e Continuada
- 1.9. Departamento de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação (FG-1)
 - 1.9.1. Coordenação de Pesquisa e Inovação
 - 1.9.2. Coordenação de Pós-Graduação
- 1.10. Diretoria de Planejamento e Administração (CD-4)
 - 1.10.1. Coordenação de Orçamento e Finanças
 - 1.10.2. Coordenação de Patrimônio e Almoxarifado (FG-2)
 - 1.10.3. Coordenação de Serviços Gerais (FG-2)
 - 1.10.4. Coordenação de Compras e Licitações

V- ESTRUTURA DO CAMPUS JI-PARANÁ

- 1. Diretor-Geral (CD-2)
 - 1.1. Chefia de Gabinete (FG-2)
 - 1.2. Conselho Escolar
 - 1.3. Coordenação de Comunicação e Eventos
 - 1.4. Coordenação de Avaliação e Controle Interno
 - 1.5. Coordenação de Gestão de Pessoas (FG-1)
 - 1.6. Coordenação de Gestão da Tecnologia da Informação (FG-2)
 - 1.7. Diretoria de Ensino (CD-3)
 - 1.7.1. Coordenação de Apoio ao Ensino (FG-1)
 - 1.7.2. Coordenação de Assistência ao Educando (FG-2)
 - 1.7.3. Coordenação de Registros Acadêmicos (FG-2)
 - 1.7.4. Coordenação de Biblioteca
 - 1.8. Departamento de Extensão (CD-4)
 - 1.8.1. Coordenação de Integração Escola, Empresa e Comunidade
 - 1.8.2. Coordenação de Formação Inicial e Continuada
 - 1.9. Departamento de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação (FG-1)
 - 1.9.1. Coordenação de Pesquisa e Inovação
 - 1.9.2. Coordenação de Pós-Graduação
 - 1.10. Diretoria de Planejamento e Administração (CD-4)
 - 1.10.1. Coordenação de Orçamento e Finanças (FG-1)
 - 1.10.2. Coordenação de Patrimônio e Almoxarifado (FG-2)
 - 1.10.3. Coordenação de Serviços Gerais (FG-2)
 - 1.10.4. Coordenação de Compras e Licitações

VI- ESTRUTURA DO CAMPUS ARIQUEMES

- 1. Diretor-Geral (CD-2)
 - 1.1. Chefia de Gabinete (FG-2)

- 1.2. Conselho Escolar
- 1.3. Coordenação de Comunicação e Eventos
- 1.4. Coordenação de Avaliação e Controle Interno
- 1.5. Coordenação de Gestão de Pessoas (FG-1)
- 1.6. Coordenação de Gestão da Tecnologia da Informação (FG-2)
- 1.7. Diretoria de Ensino (CD-4)
 - 1.7.1. Departamento de Produção (FG-1)
 - 1.7.1.1. Coordenação de Produção Animal
 - 1.7.1.2. Coordenação de Produção Vegetal
 - 1.7.1.3. Coordenação de Processamento de Produtos Vegetais e Animais
 - 1.7.2. Coordenação de Apoio ao Ensino (FG-1)
 - 1.7.3. Coordenação de Assistência ao Educando (FG-2)
 - 1.7.4. Coordenação de Registros Acadêmicos (FG-2)
 - 1.7.5. Coordenação de Biblioteca
- 1.8. Departamento de Extensão (FG-1)
 - 1.8.1. Coordenação de Integração Escola, Empresa e Comunidade
 - 1.8.2. Coordenação de Formação Inicial e Continuada
- 1.9. Departamento de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação (FG-1)
 - 1.9.1. Coordenação de Pesquisa e Inovação
 - 1.9.2. Coordenação de Pós-Graduação
- 1.10. Diretoria de Planejamento e Administração (CD-4)
 - 1.10.1. Coordenação de Orçamento e Finanças
 - 1.10.2. Coordenação de Patrimônio e Almoxarifado (FG-2)
 - 1.10.3. Coordenação de Serviços Gerais (FG-2)
 - 1.10.4. Coordenação de Compras e Licitações

VII- ESTRUTURA DO CAMPUS PORTO VELHO

1. Diretor-Geral (CD-2)
 - 1.1. Chefia de Gabinete (FG-2)
 - 1.2. Conselho Escolar
 - 1.3. Coordenação de Comunicação e Eventos
 - 1.4. Coordenação de Avaliação e Controle Interno
 - 1.5. Coordenação de Gestão de Pessoas (FG-1)
 - 1.6. Coordenação de Gestão da Tecnologia da Informação (FG-2)
 - 1.7. Diretoria de Ensino (CD-3)
 - 1.7.1. Departamento de Desenvolvimento do Ensino (CD-4)
 - 1.7.1.1. Coordenação de Apoio ao Ensino (FG-1)
 - 1.7.1.2. Coordenação de Registros Acadêmicos (FG-1)
 - 1.7.1.3. Coordenação de Biblioteca (FG-2)
 - 1.7.2. Departamento de Assistência ao Educando (CD-4)
 - 1.7.2.1. Coordenação de Assistência Social
 - 1.7.2.2. Coordenação de Orientação Educacional
 - 1.8. Departamento de Extensão (CD-4)
 - 1.8.1. Coordenação de Integração Escola, Empresa e Comunidade (FG-2)

- 1.8.2. Coordenação de Formação Inicial e Continuada (FG-2)
- 1.9. Departamento de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação (CD-4)
 - 1.9.1. Coordenação de Pesquisa e Inovação (FG-2)
 - 1.9.2. Coordenação de Pós-Graduação (FG-2)
- 1.10. Diretoria de Planejamento e Administração (CD-3)
 - 1.10.1. Coordenação de Orçamento e Finanças (FG-1)
 - 1.10.2. Coordenação de Patrimônio e Almoxarifado (FG-2)
 - 1.10.3. Coordenação de Serviços Gerais (FG-2)
 - 1.10.4. Coordenação de Compras e Licitações (FG-2)

VIII-ESTRUTURA DO CAMPUS COLORADO DO OESTE

- 1. Diretor-Geral (CD-2)
 - 1.1. Chefia de Gabinete (FG-2)
 - 1.2. Conselho Escolar
 - 1.3. Coordenação de Comunicação e Eventos (FG-5)
 - 1.4. Coordenação de Avaliação e Controle Interno
 - 1.5. Coordenação de Gestão de Contratos (FG-5)
 - 1.6. Coordenação de Gestão de Pessoas (FG-1)
 - 1.7. Coordenação de Gestão da Tecnologia da Informação (FG-2)
 - 1.8. Diretoria de Ensino (CD-3)
 - 1.8.1. Departamento de Desenvolvimento do Ensino (CD-4)
 - 1.8.1.1. Coordenação dos Cursos Superiores de Tecnologia (FG-1)
 - 1.8.1.2. Coordenação dos Cursos Técnicos (FG-1)
 - 1.8.1.3. Coordenação do Curso de Engenharia Agrônômica (FG-3)
 - 1.8.1.4. Coordenação do Curso de Licenciatura em Biologia (FG-3)
 - 1.8.1.5. Coordenação de Registros Acadêmicos (FG-3)
 - 1.8.1.6. Coordenação de Biblioteca (FG-5)
 - 1.8.2. Departamento de Assistência ao Educando (CD-4)
 - 1.8.2.1. Coordenação de Assistência Social (FG-5)
 - 1.8.2.2. Coordenação de Alimentação e Nutrição (FG-5)
 - 1.8.2.3. Coordenação de Orientação Educacional (FG-5)
 - 1.8.3. Departamento de Produção (CD-4)
 - 1.8.3.1. Coordenação de Animais de Pequeno Porte (FG-4)
 - 1.8.3.2. Coordenação de Animais de Médio Porte (FG-4)
 - 1.8.3.3. Coordenação de Animais de Grande Porte (FG-4)
 - 1.8.3.4. Coordenação de Olericultura (FG-4)
 - 1.8.3.5. Coordenação de Culturas Anuais (FG-4)
 - 1.8.3.6. Coordenação de Culturas Perenes (FG-4)
 - 1.8.3.7. Coordenação de Processamento de Produtos Vegetais e Animais (FG-4)
 - 1.8.3.8. Coordenação de Piscicultura (FG-5)
 - 1.8.3.9. Coordenação de Laboratório de Solos (FG-5)
 - 1.9. Departamento de Extensão (CD-4)
 - 1.9.1. Coordenação de Integração Escola, Empresa e Comunidade (FG-5)
 - 1.9.2. Coordenação de Formação Inicial e Continuada (FG-5)

- 1.10. Departamento de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação (CD-4)
 - 1.10.1. Coordenação de Pesquisa e Inovação (FG-5)
 - 1.10.2. Coordenação de Pós-Graduação (FG-5)
- 1.11. Diretoria de Planejamento e Administração (CD-3)
 - 1.11.1. Coordenação de Orçamento e Finanças (FG-1)
 - 1.11.2. Coordenação de Patrimônio e Almoxarifado (FG-2)
 - 1.11.3. Coordenação de Serviços Gerais (FG-3)
 - 1.11.4. Coordenação de Compras e Licitações (FG-2)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA
CONSELHO SUPERIOR

Resolução nº 31/CONSUP/IFRO, de 02 de dezembro de 2011.

Dispõe sobre a Estrutura Organizacional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – Campus Cacoal.

O PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei nº 11.892, de 29/12/2008, publicada no D.O.U. de 30/12/2009 e em conformidade com o disposto no Estatuto,

RESOLVE:

Art. 1.º: APROVAR, *ad referendum*, a Estrutura Organizacional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – *Campus Cacoal*, anexa a esta Resolução.

Art. 2.º: Esta Resolução entra em vigor nesta data.

RAIMUNDO VICENTE JIMENEZ

Presidente do Conselho Superior
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO IFRO – *Campus* Cacoal

Estrutura Organizacional aprovada *ad referendum* pela Resolução nº 031/2011/CONSUP/IFRO, de 02 de dezembro de 2011.

I – ESTRUTURA DO *CAMPUS* CACOAL

- 2. Diretor-Geral (CD-3)
 - 2.1. Chefia de Gabinete (FG-2)
 - 2.2. Coordenação de Gestão de Pessoas (FG-2)
 - 2.3. Coordenação Geral de Ensino (FG-1)
 - 2.3.1. Coordenação de Apoio ao Ensino (FG-2)
 - 2.3.2. Coordenação de Registros Acadêmicos (FG-2)
 - 2.3.3. Coordenação de Assistência ao Educando (FG-2)
 - 2.4. Coordenação de Pesquisa e Extensão (FG-1)
 - 2.5. Coordenação Geral de Planejamento e Administração (FG-1)
 - 2.5.1. Coordenação de Serviços Gerais (FG-2)
 - 2.5.2. Coordenação de Patrimônio e Almoxarifado (FG-2)

ANEXO II – Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra

Unidade Contratante													
Nome: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA													
UG/Gestão: 158376 / 26421						CNPJ: 10.817.343/0002-88							
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2009	1	O	022/2009	00.984.730/0001-74	01/09/2009	31/08/2012			07	07			P
2009	2	O	022/2009	00.984.730/0001-74	01/09/2009	31/08/2012	01	01					P
2009	7	O	022/2009	00.984.730/0001-74	01/09/2009	31/08/2012			04	04			P
2009	9	O	022/2009	00.984.730/0001-74	01/09/2009	31/08/2012					01	01	P
Unidade Contratante													
Nome: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA													
UG/Gestão: 158148 / 26421						CNPJ: 10.817.343/0001-05							
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2009	1	O	027/2009	00.984.730/0001-74	01/12/2009	30/11/2012	11	11					P
2009	2	O	027/2009	00.984.730/0001-74	01/12/2009	30/11/2012	01	01					P
2009	3	O	027/2009	00.984.730/0001-74	01/12/2009	30/11/2012	06	06					P
2009	7	O	027/2009	00.984.730/0001-74	01/12/2009	30/11/2012	08	08					P
2009	9	O	027/2009	00.984.730/0001-74	01/12/2009	30/11/2012			01	01			P
2009	1	O	028/2009	00.984.730/0001-74	01/12/2009	30/11/2012	12	12					P
2009	2	O	028/2009	00.984.730/0001-74	01/12/2009	30/11/2012	01	01					P
2009	3	O	028/2009	00.984.730/0001-74	01/12/2009	30/11/2012	08	08					P
2009	7	O	028/2009	00.984.730/0001-74	01/12/2009	30/11/2012	08	08					P
2009	9	O	028/2009	00.984.730/0001-74	01/12/2009	30/11/2012			01	01			P

LEGENDA

Área:

1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;
2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis
3. Serviços de Copa e Cozinha;
4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;
5. Serviços de Brigada de Incêndio;
6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes;
7. Outras.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: PROPLAD/CAMPI - IFRO

ANEXO III – Estrutura de Controles Internos da UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				x	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			x		
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				x	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.	x				
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				x	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.					x
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				x	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.				x	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.			x		
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					x
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.					x
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			x		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			x		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			x		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			x		
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.		x		x	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.				x	
Procedimentos de Controle					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				x	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			x		
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			x		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.			x		

Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					x
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					x
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					x
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				x	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.			x		
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			x		
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			x		
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.			x		
Considerações gerais:					
<p>LEGENDA</p> <p>Níveis de Avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>					

ANEXO IV – Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. - Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? _____			X		
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.			X		
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).				X	
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. - Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos? _____	X				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). - Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? Houve redução no consumo de água / energia elétrica.				X	
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). - Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? _____				X	
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. - Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório? Todos os veículos automotores (automóveis) são do tipo flex.					X
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). - Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios? _____		X			
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.					X
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.			X		

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.			X		
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. - Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)? Palestras, <i>folders</i> e comunicações oficiais nos <i>Campi</i> /Reitoria.				X	
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. - Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)? Palestras, <i>folders</i> e comunicações oficiais nos <i>Campi</i> /Reitoria.					X
Considerações Gerais: A análise dos quesitos foi realizada por uma comissão mediante consulta às chefias estratégicas.					
LEGENDA Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

ANEXO V – Gestão de TI da UJ

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.					X
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.					X
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.					X
Recursos Humanos de TI					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	15				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.					X
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.		X			
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.		X			
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.				X	
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.	X				
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.		X			
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.					X
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.					
13. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.					X
14. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.		X			
15. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?				X	
Considerações Gerais:					
<p>Itens 2 e 3 – Ao longo de 2011, foi elaborado o Plano Diretor de TI do IFRO e aprovado no Conselho Superior do IFRO, assim como a criação do Comitê Gestor de TI do IFRO que possui regimento próprio. O PDTI do IFRO atualmente abrange as áreas estratégicas e táticas quanto à TI.</p> <p>Item 4 – Há em todo o IFRO um total de 15 servidores entre técnicos e analistas de tecnologia da informação. Necessário destaque que na Diretoria de Gestão de TI, há apenas 5. Quadro de pessoal insuficiente para realizar todas as demandas existentes e previstas para serem realizadas. As atividades realizadas atualmente pela DGTI abrangem as seguintes áreas: suporte, manutenção, análise e desenvolvimento de sistemas, infraestrutura e redes, gestão e governança. Devido ao pouco quantitativo de servidores exclusivos da área, identifica-se também uma grande dificuldade de divisão das atividades, dessa forma, “todos precisam fazer tudo”.</p> <p>Itens 6 e 7 – A proposta de criação de um Comitê de Segurança da Informação já foi solicitada e atualmente, encontra-se em fase de criação do comitê. Atualmente há uma resolução interna do IFRO a qual regula o uso de recursos de tecnologia da informação no IFRO.</p>					

Item 9 - Como a maioria dos sistemas utilizados pelo IFRO são de projetos nacionais e/ou utilizados através de termos de cooperação técnica ou mesmo de utilização de sistemas externos, atualmente não há sistemas sendo desenvolvidos no IFRO. No máximo, personalização e testes de funcionalidade. Portanto, não houve demanda de definição de metodologia de produção.

Item 10 – As definições de acordo de nível de serviço e acordo de nível operacional encontram-se em fase de elaboração para então publicação aos clientes.

Item 13 – Na elaboração dos projetos de TI pela DGTI, tenta-se ao máximo apresentar os benefícios em termos passíveis de entendimento para a administração como um todo, não apenas com termos técnicos da área de TI.

Item 14 – Os contratos relacionados a TI são normalmente por algum servidor da respectiva área, mas isso de forma tácita. O processo de trabalho, normalmente é definido no termo de referência da contratação, entretanto, como há muitas adesões em atas de registro de preços, alguns processos acabam não podendo ser aplicados na totalidade.

Item 15 – Durante contratação de bens ou serviços, na medida do possível, é realizada transferência de tecnologia de forma a minimizar a dependência da instituição para com empresas terceirizadas.

LEGENDA

Níveis de avaliação:

- (1) **Totalmente inválida:** Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.
- (2) **Parcialmente inválida:** Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.
- (3) **Neutra:** Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.
- (4) **Parcialmente válida:** Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.
- (5) **Totalmente válida:** Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.

ANEXO VI – Demonstrativo da Execução do Programa de Governo 0750

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 0750		Denominação: Apoio Administrativo				
Tipo do Programa: Apoio as Políticas Públicas e Áreas Especiais						
Objetivo Geral: Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos.						
Objetivos Específicos: - Proporcionar aos servidores, seus dependentes e pensionistas, condições para manutenção da saúde física e mental; - Oferecer aos servidores condições adequadas de atendimento aos seus dependentes, conforme art. 3º do Decreto 977, de 10/11/93; - Efetivar o pagamento de auxílio-transporte em pecúnia nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa, de acordo com a Lei nº 7.418/85 e alterações, e Medida Provisória nº 2.165-36, de 23 de agosto de 2001; - Conceder o auxílio-alimentação, sob forma de pecúnia, pago na proporção dos dias trabalhados.						
Gerente:			Responsável: Atividades Padronizadas			
Público Alvo: Governo						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
3.351.144,00	2.934.094,00	2.281.214,60	2.281.214,60			2.281.214,60
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Pessoa Beneficiada				1.227	823
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Pessoa beneficiada						
Análise do Resultado Alcançado:						
Ação 2004 (Assistência médica e odontológica aos servidores, empregados e seus dependentes): O índice atingido não superou ao previsto, uma vez que a projeção foi feita com base no quantitativo existente mais as vagas autorizadas pelo ministério para a realização de concurso, o que nos possibilitou apenas o atingimento de 67% em relação ao previsto.						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
2	Criança atendida				90	90
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Criança atendida						
Análise do Resultado Alcançado:						
Ação 2010 (Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados): Atendido 100% em relação ao índice previsto.						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
3	Servidor beneficiado				230	79
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Servidor beneficiado						
Análise do Resultado Alcançado:						
Ação 2011(Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados): O não atingimento da meta física ocorreu devido à						

previsão ter levado em consideração o quantitativo de vagas liberadas para concurso, bem como a rotatividade da quantidade de beneficiários devido aos requerimentos de concessão e suspensão do benefício. Com isso, apesar do aumento do quadro de pessoal da Instituição muitos servidores não receberam benefício em face da localização de sua unidade de lotação não dispor de transporte coletivo. E nos municípios onde há transporte coletivo o valor a ser descontado do servidor é maior que o valor a ser percebido, tendo em vista o desconto de 6% inferido pela legislação vigente, logo o percentual atingido foi de 34%.

Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
4	Servidor beneficiado				453	463

Fórmula de Cálculo do Índice:

Servidor beneficiado

Análise do Resultado Alcançado:

Ação 2012 (Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados): O índice atingido foi 2% a maior que o previsto tendo em vista a Contratação de pessoal por meio de aproveitamento.

Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
5	Servidor beneficiado				453	-

Fórmula de Cálculo do Índice:

Servidor beneficiado

Análise do Resultado Alcançado:

Ação 20CW (Assistência Médica aos Servidores e Empregados – Exames Periódicos): Não foi possível atingir o índice previsto tendo em vista a não conclusão do processo licitatório para atender esta ação.

Fonte: SIAPE, SIAFI GERENCIAL, LOA e DGP

ANEXO VII – Demonstrativo da Execução do Programa de Governo 1062

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 1062		Denominação: Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica.				
Tipo do Programa: Finalístico.						
Objetivo Geral: Ampliar a oferta da Educação Profissional, levando em conta sua articulação com os demais níveis e modalidade de ensino.						
Objetivos Específicos:						
- Assegurar o pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do art. 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004;						
- Garantir a manutenção e custeio das instituições da rede federal de educação profissional, visando assegurar o desempenho da sua finalidade precípua, proporcionando melhor aproveitamento do aluno e melhoria contínua de qualidade do ensino;						
- Ampliar a oferta de vagas da Educação Profissional e Tecnológica mediante a implantação de novas unidades de ensino, vinculadas aos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.						
- Implantar e/ou ampliar a oferta de vagas dos cursos de Licenciatura, com vistas a formar novos docentes para o Ensino básico e fundamental das redes municipais, estaduais e privada.						
Gerente: Eliezer Moreira Pacheco			Responsável: Ministério da Educação			
Público Alvo: Jovens e adultos que buscam formação profissional técnica e superior tecnológica e professores da educação básica e da educação profissional.						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00	
Dotação		Despesa	Despesa	Restos a Pagar não	Valores Pagos	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	processados		
38.112.609,00	57.781.754	51.423.263,43	40.602.947,67	10.820.315,76	39.425.989,68	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Não há	-	-	-	-	-
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Não se aplica						
Análise do Resultado Alcançado:						
Ação 09HB (Contribuição da União de suas autarquias e fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais): Esta ação não contempla meta física. Consideramos que a ação atingiu seu objetivo com o pronto pagamento do regime de previdência dos servidores.						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
2	Aluno matriculado				2500	4765
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Aluno matriculado						
Análise do Resultado Alcançado:						
Ação 2992 (Funcionamento da Educação Profissional): O índice atingido em relação à meta física foi de 191%, o que ocorreu com a abertura de novas vagas, bem como a implantação da EAD e Cursos FIC, os créditos destinados à ação foram suficientes para atender a demanda, tendo em vista que o objeto da ação é o desenvolvimento de atividades para assegurar a manutenção e o funcionamento da Educação Profissional nas Instituições Federais de Ensino, a saber: manutenção de serviços terceirizados, pagamento de serviços públicos e de pessoal ativo, bem como a manutenção de infra-estrutura física por meio de obras de pequeno vulto que envolvam ampliação/reforma/adaptação e aquisição e/ou reposição de materiais, inclusive aqueles inerentes às pequenas obras, observados os limites da legislação vigente.						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice	Índice

		Data	Índice inicial	Índice final	previsto no exercício	atingido no exercício
3	Unidade de Ensino Implantada				4	1
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Unidade de Ensino Implantada						
Análise do Resultado Alcançado:						
Ação 1H10 (Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica): Considerando que a implantação das Unidades é plurianual, foram realizados investimentos no Campus Ariquemes, sendo assim o índice atingido não expressa a finalização da implantação das Unidades de Ensino, bem como deve-se levar em consideração que o valor proposto nesta ação foi de pequeno vulto R\$ 346.517,00.						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
4	Unidade modernizada				1	
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Análise do Resultado Alcançado:						
Ação 2E13 (Reforma e Modernização da Infraestrutura Física das Instituições Federais da Educação Tecnológica): Embora a ação esteja prevista na LOA, não foi possível executá-la, tendo em vista tratar-se de crédito de emenda parlamentar não liberado.						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
5	Aluno Assistido				1500	2218
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Aluno assistido						
Análise do Resultado Alcançado:						
Ação 2994 (Assistência ao Educando da Educação Profissional e Tecnológica): O índice atingido em relação à meta física foi de 148%, o que ocorreu com a abertura de novas vagas, bem como a implantação da EAD e Cursos FIC, os créditos destinados à ação foram suficientes para atender a demanda.						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
6	Volume disponibilizado				1.000	1.800
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Volume disponibilizado						
Análise do Resultado Alcançado:						
Ação 6301 (Acervo bibliográfico para as Instituições da Rede Federal de Educação Profissional): Tendo em vista a finalidade desta ação ser a de ampliar e atualizar o acervo bibliográfico das Bibliotecas, garantindo desta forma que a comunidade escolar tenha acessibilidade a uma leitura de qualidade e um efetivo aprimoramento do conhecimento em suas respectivas áreas de estudo, justifica-se a aquisição de livros/CDs/DVDs com vistas a atender a demanda existente. Considerando a pluralidade das modalidades de educação ofertada (cursos técnicos, tecnológicos, engenharia, licenciaturas), o advento da implantação e estruturação das bibliotecas do IFRO, a otimização da aplicação dos recursos fez-se possível atingir o índice de 180,00%.						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
7	Pessoa capacitada				130	140
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Pessoa capacitada						
Análise do Resultado Alcançado:						

Ação 6358 (Capacitação de Recursos Humanos da Educação Profissional): A capacitação no exercício de 2011 teve sua execução regida pelo Plano Anual de Capacitação PAC, o que possibilitou a execução da ação a contento, não superando ainda mais os limites programados devido ao contingenciamento de diárias e passagens pelo Ministério do Planejamento. O índice atingido no exercício foi de 107,00%.

Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
8	Unidade Reestruturada				8	8
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Unidade reestruturada						
Análise do Resultado Alcançado:						
Ação 8650 (Reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica): Considerando o objetivo da ação de reestruturação das Instituições, obtendo como resultado uma melhor qualidade de serviços, consideramos que foi satisfatório o alcance das metas físicas e financeiras através das principais ações desenvolvidas, tendo em vista a aquisição de equipamentos e realização de serviços.						

Fonte: SIAPE, SIAFI GERENCIAL, LOA e DGP

**DESPACHO DO CONSELHEIRO RELATOR:
JOSÉ BISPO BARBOSA
Representante Titular do MEC no Conselho Superior do IFRO**

“Senhor Presidente,
Senhores Conselheiros,

Versam os presentes autos sobre o Relatório de Gestão e a Prestação de Contas do IFRO, relativos ao exercício orçamentário e financeiro de 2011, encaminhados à apreciação e aprovação deste Conselho Superior.

Trata-se de relatório, espelhando a situação deste Instituto Federal no exercício 2011, consolidado pela Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional com base nas informações das Pró-Reitorias, Diretorias Sistêmicas e *Campi* com os seguintes relatórios:

- a) Demonstrativo de Execução Orçamentária;
- b) Composição do Quadro de recursos humanos;
- c) Sustentabilidade Ambiental;
- d) Informações sobre Tecnologia da Informação;
- e) Indicadores Acadêmicos;
- f) Estrutura de controles internos da UJ

Ressaltamos que em 2011 o IFRO aderiu a vários programas federais que fortaleceram sua infraestrutura física, desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão, bem como ampliou o quadro de servidores e melhorou a sua gestão orçamentária e financeira, por meio da redução do seu estoque de restos a pagar.

Cabe ressaltar que o processo de expansão vivido pelo IFRO, além de trazer uma ampliação no espaço físico, insere o Instituto nos municípios mais distantes, interiorizando a educação profissional e assim, tendo que adequar sua estrutura constantemente para atender a legislação vigente, bem como as expectativas criadas em torno de seu nome. Quando adequamos a situação, um novo desafio, uma nova missão se apresenta, como exemplo o PRONATEC; Programa Mulheres Mil, E-Tec e novos *Campi*.

Mesmo diante de tantos avanços, vemos neste relatório que temos muito a conquistar, mas avaliando os dados do IFRO, temos que não houve negligência em corrigir os erros muito menos omissão em assumi-los, o que fica demonstrado pelas peças trazidas e exigidas pelo Tribunal de Contas da União.

Assim, reconheço a qualidade do relatório submetido a nossa apreciação e opino favoravelmente pela aprovação.

José Bispo Barbosa
Conselheiro IFRO”



RECIBO DE ENVIO DO RELATÓRIO DE GESTÃO

UNIDADE JURISDICIONADA:	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA
RESPONSÁVEL PELO ENVIO:	Jackson Bezerra Nunes
DATA/HORA DO ENVIO:	30/03/2012 22:23:36
EXERCÍCIO:	2011

Recibo gerado em 30/03/2012 22:23:55